Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 1
Visto

Excelentíssimo Senhor
ENIO RUARO
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 23 Fev 2015 17:08 - 02463-1/1

Os vereadores infra-assinados **CLAUDEMIR ZANCO (PROS), GUILHERME SEBASTIÃO SILVERIO (PROS), VILMAR MACCARI (PDT) e ENIO RUARO (PR),** componentes da Mesa Diretora, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, submetem a apreciação da Câmara Municipal o seguinte **Projeto de Lei**:

Projeto de Lei nº .26../2015

Altera e acrescenta dispositivos à Lei n° 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco e dá outras providências.

Art. 1º O inciso IV, do art. 1°, da Lei n° 3.271, de 19 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1°.....

IV — Bancos para os usuários, com espaço reservado para idosos, gestantes e/ou portadores de deficiência física.

Art. 2° O art. 1°, da Lei n° 3.271, de 19 de novembro de 2009, passa acrescida dos incisos V, VI e VII, com as seguintes redações:

Art. 1°.....

V— Cobertura.

VI— Vedação nas laterais e na parte de trás.

VII— Calçamento em toda área.

Parágrafo Único. Os pontos do transporte coletivo deverão ser projetados de acordo com as Normas: ABNT NBR 9050 e ABNT NBR 14022.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 2
Visto

Art. 3° Para fazer face às despesas decorrentes da execução desta Lei, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a conceder os espaços disponíveis nos pontos para a veiculação de publicidade nas vedações da parte de trás e em ambos os lados das lixeiras, através de concorrência pública, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. As despesas suplementares serão suportadas pelas dotações constantes na Lei Orçamentária do Município de Pato Branco.

Pato Branco, 10 de fevereiro de 2015.

Enio Ruaro
Vereador - PR

Claudemir Zanco
Vereador - PROS

Vilmar Maccari
Vereador - PDT

Guilherme Sebastião Silvério
Vereador - PROS

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 3
Visto

JUSTIFICATIVA

Apresentamos o presente Projeto de Lei para que os pontos do transporte coletivo sejam projetados de acordo com as Normas: ABNT NBR 9050 e ABNT NBR 14022, visando dar melhor conforto e comodidade aos usuários, melhoria no serviço e melhores condições dos pontos de embarque e desembarque do sistema do transporte coletivo.

EM BRANCO

Enio Ruaro
Vereador - PR

Claudemir Zanco
Vereador - PROS

Vilmar Maccari
Vereador - PDT

Guilherme Sebastião Silvério
Vereador - PROS

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 4
Visto

Projeto de Lei nº 26/2015
Autoria: Claudemir Zanco (PROS), Enio Ruaro (PR), Guilherme Silverio (PROS) e Vilmar MAccari (PDT)

PARECER JURÍDICO

Os insignes vereadores Claudemir Zanco (PROS), Enio Ruaro (PR), Guilherme Silverio (PROS) e Vilmar MAccari (PDT) propõem o Projeto de Lei em epígrafe numerado, que tem por finalidade alterar e acrescentar dispositivos à Lei nº 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.

Fundamenta, em justificativa, que o objetivo principal é projetar os pontos do transporte coletivo de acordo com a normas da ABNT, visando conforto e comodidade aos usuários.

É o breve resumo. Passa-se, adiante, às razões do presente parecer.

Primeiramente, é de se ressaltar que proposta legislativa semelhante foi apresentada nas sessões legislativas do ano de 2013 (Projeto de Lei nº 80/2013) e de 2014 (Projeto de Lei nº 77/2014), cujos resultados foram pela reprovação.

A diferença desta proposição com as de outros anos é que nesta há expressa previsão de que os pontos deverão seguir as normas pertinentes da ABNT, conforme se vê do art. 2º, do projeto, que pretende incluir o parágrafo único, ao art. 1º, da Lei nº 3.271/2009.

Ademais, quanto ao previsto no art. 3º, do projeto de lei em tela no que se refere especificamente à publicidade – tem-se que a Lei Geral de Transporte disciplina a autorização de publicidade nos transportes públicos que regulamenta, sem fazer menção, contudo, aos espaços disponíveis nos pontos de embarque e desembarque de transporte coletivo.

Destarte, a regulamentação da matéria neste projeto é pertinente ao caso, cabendo a análise de mérito aos nobres edis quando da discussão em Plenário.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 5
Visto

No que se refere à apreciação jurídica do restante do projeto, tomaremos os mesmos argumentos exarados no parecer jurídico dos Projetos de Leis nºs 80/2013 e 77/2014, a seguir elucidados.

A proposição legislativa tem como fundamento geral a competência municipal de legislar sobre assuntos de interesse local, a teor do que prescreve o art. 30, I, da Constituição Federal:

> Art. 30. Compete aos Municípios:
> I - legislar sobre assuntos de interesse local.

A preocupação dos nobres Vereadores proponentes é plausível, e merece atenção do Poder Público, o que pode ser considerado, assim, como sendo "assunto de interesse local".

Sobre o tema, a Lei Orgânica Municipal, assim prescreve:

> Art. 182. O transporte coletivo é um direito fundamental do cidadão e de caráter essencial à população, sendo de responsabilidade do Poder Público Municipal seu planejamento, gerenciamento, fiscalização e progressiva prestação de serviços, em consonância com o Plano Diretor.

O Plano Diretor do Município de Pato Branco (LC nº 28/2008), em seu art. 75, assim preconiza:

> Art. 75. São diretrizes gerais da política municipal de transporte de passageiros:
> [...]
> IX – buscar a excelência de padrões de qualidade que proporcionem aos usuários do transporte coletivo crescente grau de satisfação do serviço.

O objetivo do projeto é disponibilizar, além de bancos destinados aos idosos e aos portadores de deficiência física, também às gestantes, o que mostra uma medida de extrema razoabilidade e justiça. Aliás, a proposição tem como fundamento, analogicamente, o disposto no parágrafo único, do art. 50, da Lei Geral de Transporte (Lei nº 3.598/2011).

Da mesma maneira, também em nome da razoabilidade e da justiça, pretende-se dotar os pontos de embarque e desembarque de cobertura, vedações laterais e na parte de trás, bem como calçar a área em volta aos pontos, oportunizando, em conseguinte, conforto e satisfação ao usuário do serviço público de transporte coletivo.

Na realidade se tratam de serviços de melhoria de condições dos pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano, visando dar melhor conforto e comodidade aos usuários do sistema, cujos serviços poderiam ser perfeitamente executados mediante intervenções de caráter administrativo, independentemente de lei.

Diante do que se apresenta, recomendamos seja solicitado a manifestação técnica do Órgão Gestor do Transporte Público do Município, a teor do que prescreve os arts. 5º e seguintes, da Lei Geral de Transporte, especialmente quanto ao impacto financeiro das alterações pretendidas, vale dizer, se haverá reflexo na planilha de cálculo da tarifa do transporte coletivo urbano.

Contudo, como visto alhures, por se tratar de típico caso de interesse local, a proposição legislativa em tela merece deliberação pelo Poder Legislativo local, cabendo a análise de mérito por parte de cada vereador.

No que concerne à técnica legislativa, **recomenda-se a confecção de emendas modificativas**, para ajuste redacional do projeto, mormente condensando-se os arts. 1º e 2º, do projeto em um somente um.

Desta feita, sem delongas, somos **favoráveis** ao projeto, devendo o mesmo seguir normal tramitação regimental.

É o parecer.

Pato Branco, 19 de março de 2015.

Luciano Beltrame
Procurador Legislativo

José Renato Monteiro do Rosário
Assessor Jurídico

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 7
Visto

LEI Nº 3.271, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009

Dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco para bem atender e atender com dignidade seus usuários deverão estar disponíveis os seguintes benefícios e orientações:

I - Lixeiras.
II - Face indicativa com o nome da rua e bairro.
III - Painel indicativo com os horários das linhas e bairros atendidos.
IV - Bancos para idosos ou portadores de deficiência física.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta lei decorre do projeto de lei nº 118/2009, de autoria do vereador Laurindo Cesa – PSDB.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 19 de novembro de 2009.

ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 3
Visto

Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

GABINETE DA VEREADORA LEUNIRA VIGANÓ TESSER - PDT

Exmº. Srº.
Enio Ruaro
Presidente Câmara Municipal de Pato Branco

APROVADO
Data 30/3/2015
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO

Requer prorrogação de prazo para emissão do parecer ao Projeto de Lei n° 26/2015, que altera que altera e acrescenta dispositivos à Lei n° 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral -30-Mar-2015-15:26-022023-1/2

A vereadora **Leunira Viganó Tesser – PDT,** no uso de suas atribuições legais e regimentais e na condição de relatora da Comissão de Justiça e Redação para o **Projeto de Lei nº 26/2015**, que "**Altera e acrescenta dispositivos à Lei n° 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco**", requer **prorrogação de prazo** para emissão de parecer, considerando que necessita reunir a Comissão de Justiça e Redação para discutir o tema em questão.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 30 de março de 2015.

Leunira Viganó Tesser

Vereadora – PDT

Câmara Mun de Pato Branco Fls 9

GABINETE DA VEREADORA LEUNIRA VIGANÓ TESSER - PDT

Exmº. Srº.
Enio Ruaro
Presidente Câmara Municipal de Pato Branco

APROVADO
Data 1º / 4 / 2015
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Solicitam ao Executivo Municipal através do Sr. Emerson Carlos Michelin – Secretário de Planejamento Urbano de Pato Branco - PARECER TÉCNICO acerca do Projeto de Lei nº 26/2015, que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.

Os membros da Comissão de Justiça e Redação, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado ao Executivo Municipal, através do Sr. Emerson Carlos Michelin – Secretário de Planejamento Urbano de Pato Branco – Rua Caramurú, 271 – para que o mesmo apresente PARECER TÉCNICO acerca do Projeto de Lei nº 26/2015, que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.

Justifica-se o pedido para posterior análise e encaminhamento de parecer desta Comissão.

Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco, 1° de abril de 2015.

Leunira Viganó Tesser – PDT
Relatora

Claudemir Zanco - PROS
Presidente

EM BRANCO
Clóvis Gresele - PP
Membro

Laurindo Cesa – PSDB
Membro

Vilmar Maccari - PDT
Membro

Protocolo Geral 01-Abr-2015-15:06-02767-1/1 CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 10
Visto

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 26/2015

I. RELATÓRIO

Através do Projeto de Lei acima numerado, pretendem os vereadores Claudemir Zanco, Enio Ruaro, Guilherme Sebastião Silverio e Vilmar Maccari, alterar e acrescentar dispositivos à Lei nº 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco e dá outras providências.

Em justificativa apresentada pelos proponentes, esclarece-se que o objetivo do Projeto de Lei é que "os pontos do transporte coletivo sejam projetados de acordo com as Normas: ABNT NBR 9050 e ABNT NBR 14022, visando dar melhor conforto e comodidade aos usuários, melhoria no serviço e melhores condições dos pontos de embarque e desembarque do sistema do transporte coletivo".

O objetivo do projeto é disponibilizar bancos para os usuários, com espaço reservado para idosos, gestantes e portadores de deficiência física; cobertura, vedação nas laterais e na parte de trás dos pontos; e calçamento em toda área.

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral -19-Fev-2016-09:51-025294-1/1

II. ANÁLISE

De acordo com o artigo 62 do Regimento Interno desta Câmara Municipal de Pato Branco, Compete à Comissão de Justiça e Redação, manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico, de técnica legislativa e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

Primeiramente, ressaltamos que propostas legislativas muito semelhantes foram apresentadas nas sessões legislativas do ano de 2013 (Projeto de Lei nº 80/2013 – Arquivado) e de 2014 (Projeto de Lei nº 77/2014, aprovado, vetado e com veto acatado).

A única diferença desta proposição com as dos anos anteriores é que nesta existe a especificação de que os pontos de embarque e desembarque deverão seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Esta proposição legislativa tem como fundamento geral a competência municipal de legislar sobre assuntos de interesse local, como determina o artigo 30 da Constituição Federal.

A Lei Orgânica Municipal, trata do assunto em seu artigo 182, que assim preconiza:

> Art. 182. O transporte coletivo é um direito fundamental do cidadão e de caráter essencial à população, sendo de responsabilidade do Poder Público Municipal seu planejamento, gerenciamente, fiscalização e progressiva prestação de serviços, em consonância com o Plano Diretor.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 11
Visto

O Plano Diretor do Município de Pato Branco, através da Lei Complementar nº 28/2008, em seu art. 75, assim prescreve:

> Art. 75. São Diretrizes gerais da política municipal de transporte de passageiros:
> [...]
> IX – buscar a excelência de padrões de qualidade que proporcionem aos usuários do transporte coletivo crescente grau de satisfação do serviço.

Diante do exposto, evidencia-se o interesse público e verifica-se como justa a proposição em tela.

A Comissão de Orçamento e Finança deve apenas atentar para as recomendações do jurídico desta Casa de Leis, e solicitar manifestação técnica do Órgão Gestor do Transporte Público do Município, quanto ao teor dos arts. 5º e seguintes da Lei Geral do Transporte, especificamente no que se refere ao impacto financeiro das alterações pretendidas, ou seja, se haverá reflexo na planilha de cálculo da tarifa do transporte coletivo urbano.

Ademais, atendendo a recomendação jurídica, confeccionamos emendas modificativas para ajustes redacionais, condensando os arts 1º e 2º do projeto, a qual apresentamos a seguir.

III. VOTO

Em razão do exposto, expressado o mérito da questão, pelo interesse público e pela sua legalidade, optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL** à sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer.
Pato Branco, 17 de fevereiro de 2016.

Augustinho Polazzo – PROS
Membro

José Gilson Feitosa da Silva – PT
Presidente

Laurindo Cesa – PSDB
Membro

Raffael Cantu – PCdoB
Relator

Vilmar Maccari – PDT
Membro

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 12
Visto

Exmo. Sr.
Geraldo Edel de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

A Comissão de Justiça e Redação, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, **EMENDAS** ao Projeto de Lei nº 26/2015, que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco e dá outras providências.

APROVADO
Data 20/06/2016
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

1. EMENDA MODIFICATIVA:

Modifica o art. 1º do Projeto de Lei nº 26/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.271, de 19 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º .....
I - .....
II - .....
III - .....
IV – Bancos para os usuários, com espaço reservado para idosos, gestantes e/ou portadores de deficiência física.
V – Cobertura
VI – Vedação nas laterais e na parte de trás.
VII – Calçamento em toda a área.

Parágrafo único. Os pontos do transporte coletivo deverão ser projetados de acordo com as Normas: ABNT NBR 9050 e ABNT NBR 14022.

APROVADO
Data 20/06/2016
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

2. EMENDA SUPRESSIVA:

Suprime o art. 2º do Projeto de Lei nº 26/2015 e renumera os artigos subsequentes.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 17 de fevereiro de 2016.

Augustinho Polazzo – PROS
Membro

José Gilson Feitosa da Silva – PT
Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral -19-Fev-2016-09:51-025297-1/1

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 13
Visto

Laurindo Cesa – PSDB
Membro

Raffael Cantu – PCdoB
Relator

Vilmar Maccari – PDT
Membro

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 14
Visto

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 26/2015

Os veradores Claudemir Zanco – PROS, Guilherme Sebastião Silverio – PROS, Vilmar Maccari – PDT e Enio Ruaro - PR, buscam apoio desta Casa de Leis para aprovação do Projeto de Lei nº 26/2015 que tem por objetivo alterar e acrescentar dispositivos à Lei n. 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco e dá outras providências.

Analisando o referido projeto, o mesmo tem por finalidade normatizar que os pontos do transporte coletivo sejam projetados de acordo com as Normas ABNT NBR 950 e ABNT NBR 14022, sendo que dessa forma os usuários teriam mais conforto e comodidade e melhores condições dos pontos de embarque e desembarque.

Pelo interesse público, e após a análise, optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL**, à sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer.

Pato Branco, 24 de fevereiro de 2016.

CAMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral -01-Mar-2016-11:44-025402-1/1

Enio Ruaro - PR
Presidente

Guilherme Sebastião Silverio – PROS
Relator

Vilmar Maccari – PDT
Membro

APROVADO
Data 7/3/16
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO

Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Visto
Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 15

GABINETE DA VEREADORA LEUNIRA VIGANÓ TESSER - PDT

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral -07-Mar-2016-09:48-025402-1/1

Exmº. Srº.
Geraldo Edel de Oliveira
Presidente Câmara Municipal de Pato Branco

Solicitam ao Executivo Municipal através do Sr. Emerson Carlos Michelin – Secretário de Planejamento Urbano de Pato Branco - PARECER TÉCNICO acerca do Projeto de Lei nº 26/2015, que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.

Os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado ao Executivo Municipal, através do Sr. Emerson Carlos Michelin – Secretário de Planejamento Urbano de Pato Branco – Rua Caramurú, 271 – para que o mesmo apresente PARECER TÉCNICO acerca do Projeto de Lei nº 26/2015, que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.

Solicitamos parecer a respeito do que prescreve os arts. 5° e seguintes, da Lei Geral de Transporte, especialmente quanto ao impacto financeiro das alterações pretendidas, e que seja indicado se haverá reflexo na planilha de cálculo da tarifa do transporte coletivo urbano.

Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco, 2 de março de 2015.

Leunira Viganó Tesser – PDT
Relatora

Claudemir Zanco - PROS
Presidente

Clovis Gresele – PP
Membro

Bruna, Bernini, Clóvis

Câmara Municipal de Pato Branco PR
Protocolo Geral
03-Jun-2016-17:11-02856-1/2

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
Secretaria de Planejamento Urbano

Ofício 22/2016

Pato Branco, 03 de Junho de 2016.

Excelentíssimo Senhor
Geraldo Edel de Oliveira,
DD Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco
Rua Ararigbóia, 491
Pato Branco – PR

Prezado Senhor:

Ref: Resposta a solicitação constante no Ofício 82/2016 sobre parecer técnico ao Projeto de Lei nº 26/2015

Em resposta a solicitação dos Vereadores membros da Comissão de Finanças e Orçamento constante no Ofício em epígrafe, em que solicita a análise e parecer técnico ao Projeto de Lei nº 26/2015, que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.271/2009,que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da nossa cidade, informamos o que segue:

1- Através do presente ratificamos os termos contidos no Ofício 07/2014, desta Secretaria e também no Ofício nº 51/2014/DPM, item 11, de que atualmente os novos abrigos de paradas de transporte coletivo são projetados de acordo com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): ABNT NBR 9050 e ABNT NBR 14022, as quais contemplam integralmente a Lei nº 3.271/2009, não havendo necessidade de alterar e acrescentar os referidos dispositivos descritos tanto no Projeto de Lei nº 77/2014 quanto no Projeto de Lei nº 26/2015.

2- Quanto a solicitação de parecer sobre o impacto das alterações pretendidas e a indicação se haverá reflexo na planilha de cálculo da tarifa de transporte coletivo urbano, ressaltamos que esta informação é da competência do DEPATRAN.

Sendo o que se apresenta para o momento,

Atenciosamente,

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
Emerson Carlos Michelin
Secretário de Planejamento Urbano
Portaria 1696/2015 de 30/01/2015

EMERSON CARLOS MICHELIN
Secretário de Planejamento Urbano

CRGL/

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 17
Visto

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 26/2015

Pretendem os ilustres vereadores Claudemir Zanco – (PROS), Guilherme Sebastião Silverio – (PROS), Vilmar Maccari – (PDT) e Enio Ruaro – (PR), obter apoio desta Casa de Leis para aprovação do **Projeto de Lei nº 26/2015**, que tem por objetivo alterar e acrescentar dispositivos à Lei n° 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco e dá outras providências.

O projeto tem por finalidade, segundo justificativa dos autores, projetar os pontos do transporte coletivo de acordo com as normas ABNT NBR 9050 e ABNT NBR 14022, visando dar melhor conforto e comodidade aos usuários, melhoria no serviço e melhores condições dos pontos de embarque e desembarque do sistema do transporte coletivo.

Esta Comissão encaminhou requerimento para o órgão competente, o qual respondeu à fl. 16, apensada neste projeto de lei. A Secretaria de Planejamento Urbano do Município se manifesta de forma a afirmar que as alterações pretendidas no Projeto de Lei n° 26/2015, já estão contempladas na Lei n° 3.271/2009, e que atualmente os novos abrigos de paradas de transporte coletivo são projetados de acordo com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Em face ao exposto, emitimos **PARECER FAVORÁVEL** à **TRAMITAÇÃO** do Projeto de Lei nº 26/2015.

É o nosso parecer Salvo Melhor Juízo.
Pato Branco, 9 de junho de 2016.

Leunira Viganó Tesser – PDT
Relatora

Claudemir Zanco - PDT
Presidente

Clovis Gresele – PSC
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral -15-Jun-2016-13:46-026146-1/1

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 18
Visto

Rotary homenageado



A vereadora Leunira Viganó Tesser (PDT) entregou na sessão de segunda-feira, Moção de Aplauso, subscrita por todos os demais vereadores, ao Distrito 4640 do Rotary e ao presidente Werner Ildon Gerhardt, pela realização da 42ª Conferência Distrital do Rotary no Município de Pato Branco. A 42ª Conferência reuniu no Parque de Exposições no dia 20 de maio de 2016, cerca de 1500 rotarianos dos 107 clubes do Sudoeste, Oeste e Centro do Estado do Paraná. A conferência anual é realizada onde reside o governador, o pato-branquense Werner Ildon Gerhardt, gestão 2015/2016.

Polazzo licencia-se do Legislativo

O vereador Augustinho Polazzo (PROS) apresentou à Câmara de Pato Branco pedido de licença até 14 de agosto, por motivo de doença, conforme atestado médico. O documento foi protocolado no dia 20 de junho e lido na sessão ordinária do mesmo dia.

Polazzo realiza tratamento no Hospital de Câncer de Cascavel, por síndrome mielodisplásico. Com o pedido de licença, a Mesa Diretora da Casa fará a convocação do suplente Ronalce Moacir Dalchiavan. Moacir integra a Coligação DEM, PSD e PP, partido pelo qual concorreu. A posse deverá ser processada nesta quarta-feira (22) na sessão deliberativa do Legislativo.

Pontos de embarque PL nº 26/2015.

O Plenário da Câmara aprovou, na segunda-feira (20), dois projetos de lei. O projeto assinado pelos vereadores Claudemir Zanco, Birura (PDT), Enio Ruaro (PR), Guilherme Silverio (PROS) e Vilmar Maccari (PDT), altera e acrescenta dispositivos à lei municipal dos pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano. O objetivo, segundo o proponentes é melhorar o conforto e comodidade nos ambientes utilizados pelos usuários do sistema. Além de bancos destinados aos idosos e portadores de deficiência física, ainda, o projeto prevê para as gestantes.

Transparência

Projeto de autoria do vereador Raffael Cantu (PC do B) altera a Estrutura Administrativa e Organizacional do Poder Executivo. Cantu disse que o projeto é relevante no tocante à transparência e no cumprimento dos deveres do Poder Legislativo, que ancorado na fiscalização deve tomar conhecimento dos atos do Executivo e gestores.

A alteração impõe ao Poder Executivo o encaminhamento de cópia do currículo pessoal, profissional e político dos agentes investidos nos cargos em provimento de comissão, bem como das certidões civil e criminal, ao Legislativo, no prazo de 30 dias após ato de nomeação.

Investimentos em bairros

Os vereadores aprovaram dez projetos de lei na sessão plenária de segunda-feira (20) da Câmara de Pato Branco. Entre os projetos, os que autorizam o Executivo abrir créditos, no valor superior a R$ 1 milhão, para construção de uma pista de Skate, localizada no bairro Planalto.

Alteração nos contratos de pedágio deverá ser votada pela Alep

A Assembleia Legislativa do Paraná deverá aprovar qualquer alteração nos contratos de pedágio (renovação, aditivos, entre outros). O Projeto de Lei (PL) 2/2015, de autoria do deputado Douglas Fabrício, com o PL 4/2015 de autoria do deputado Tercílio Turini anexado, foi aprovado em primeira discussão na sessão plenária desta terça-feira (21). A inclusão do projeto na pauta aconteceu atendendo ao pedido dos 31 deputados que integram a Frente Parlamentar Contra a Prorrogação dos Contratos de Pedágio.

De acordo com o deputado estadual Marcio Pauliki, que encabeçou as atividades na região dos Campos Gerais, é fundamental tornar os contratos de concessão de pedágio mais transparentes e que a população possa acompanhar as obras que estão sendo efetivamente realizadas. "Muitas vezes, as concessionárias acabam substituindo uma obra por outra com valor diferente. O resultado é que os investimentos acabam não sendo aqueles que estavam previstos no momento da assinatura dos contratos", enfatiza.

O deputado Pauliki explica que o papel da Frente Parlamentar é fiscalizar as obras previstas nos contratos de concessão de pedágio e lutar pela abertura de uma nova licitação. "Os contratos de pedágio são muito bem amarrados e, infelizmente, até 2021 continuam como estão. O problema é que nós percebemos que já existe uma movimentação nos bastidores para renovar os contratos como estão e isso nós não vamos aceitar. A aprovação desse projeto de lei é o primeiro passo para que não tenhamos a renovação", afirma.

A Frente Parlamentar também irá solicitar a formação da comissão especial que analisará a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe consulta popular para a renovação dos atuais contratos, do deputado Paranhos. Ao todo, são 31 parlamentares lutando contra a renovação dos contratos de pedágio. (Assessoria)

Bolsonaro se torna réu no STF por injúria e incitação ao estupro

Estadão Conteúdo

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nessa terça-feira, 21, tornar réu o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), por injúria e por incitação pública ao estupro. O caso remonta o episódio em que o parlamentar afirmou na tribuna da Câmara, em 2014, que não estupraria a deputada Maria do Rosário (PT-RS) "porque ela não merece".

O caso foi julgado na 2ª Turma do STF, formada por cinco ministros. O colegiado firmou a posição contrária a Bolsonaro por quatro votos a um. Foram aceitos dois processos: uma denúncia por incitação ao estupro e uma queixa-crime para processá-lo por injúria. Se condenado, Bolsonaro poderá ser preso por até seis meses, além de pagar multa.

O relator do caso, ministro Luiz Fux, afirmou que as declarações do deputado sobre Maria do Rosário são "reprováveis" e "geram indignação". Ele considerou que Bolsonaro não pode ser protegido pela prerrogativa de imunidade parlamentar, já que o que o parlamentar disse não tem nenhuma relação com a atividade que exerce na Câmara.

"A frase do parlamentar tem potencial para estimular a perspectiva da superioridade masculina em relação às mulheres, além de prejudicar a compreensão contra as consequências dessa postura. O resultado de incitação foi alcançado porque várias manifestações públicas reiteraram essa manifestação (de Bolsonaro)", defendeu Fux.





Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 19
Visto

PROJETO DE LEI Nº 26/2015

Altera a acrescenta dispositivos à Lei n° 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.271, de 19 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

.....
IV - Bancos para usuários, com espaços reservados para idosos, gestantes e/ou portadores de deficiência física.
V – Cobertura.
VI – Vedação nas laterais e na parte de trás.
VII – Calçamento em toda a área.

Parágrafo único. Os pontos do transporte coletivo deverão ser projetados de acordo com as Normas ABNT NBR 9050 e ABNT NBR 14022."

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da execução desta Lei, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a conceder os espaços disponíveis nos pontos para a veiculação de publicidade nas vedações da parte de trás e em ambos os lados das lixeiras, através de concorrência pública, nos termos da legislação vigente.

Paragrafo único. As despesas suplementares serão suportadas pelas dotações constantes na Lei Orçamentária do Município de Pato Branco.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria dos Vereadores Claudemir Zanco – PDT, Enio Ruaro – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PROS, Vilmar Maccari – PDT.

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 10 Visto
Câmara Mun. de Pato Branco Fls 1 Visto

Ofício nº 197/2016/GP

Pato Branco, 12 de junho de 2016.

Senhor Presidente,

Conforme prevê o artigo 47, inciso V da Lei Orgânica do Município de Pato Branco, nos dirigimos a Vossa Excelência para comunicar **veto integral** ao Projeto de Lei nº 26/2015, de autoria dos Vereadores Claudemir Zanco, Enio Ruaro, Guilherme Sebastião Silverio e Vilmar Maccari, que altera a acrescenta dispositivos à Lei nº 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral -14-JUL-2016-10:47-02407-1/2

Encartado ao presente, encaminhamos as razões do veto ao supracitado Projeto de Lei.

Respeitosamente,

AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor
GERALDO EDEL DE OLIVIERA
Presidente da Câmara Municipal
Pato Branco – PR

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 21 Visto
Câmara Mun. de Pato Branco Fls 2 Visto

RAZÕES DE VETO AO PROJETO DE LEI Nº 026/2015

Através do Projeto de Lei nº 026/2015, de autoria dos Vereadores Claudemir Zanco, Enio Ruaro, Guilherme Sebastião Silvério e Vilmar Maccari, o Legislativo acrescenta dispositivo à lei n.3.271 de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.

O artigo 1º da Lei 3.271/2009, vigora com a seguinte redação:

> LEI Nº 3.271 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009
> **Dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco e dá outras providências.**
>
> **Art. 1º Nos pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco para bem atender e atender com dignidade seus usuários deverão estar disponíveis os seguintes benefícios e orientações:**
>
> **I - Lixeiras.**
>
> **II - Face indicativa com o nome da rua e bairro.**
>
> **III - Painel indicativo com os horários das linhas e bairros atendidos.**
>
> **IV - Bancos para idosos ou portadores de deficiência física.**

O atual Projeto aprovado pelos vereadores, incluí mais três incisos ao artigo 1º, além de modificar o inciso IV, passará a vigorar com a seguinte redação:

> **Art. 1º** Nos pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco para bem atender e atender com dignidade seus usuários deverão estar disponíveis os seguintes benefícios e orientações:
>
> .....
>
> **IV – Bancos para usuários, com espaços reservados para idosos, gestantes e/ou portadores de deficiência física.**
>
> **V – Cobertura.**
>
> **VI – Vedação nas laterais e na parte de trás.**
>
> **VII – Calçamento em toda a área.**

O Parecer Jurídico opina e conclui que o Projeto poderá ser vetado integralmente pelas razões ali elencadas, dentre elas a de que está em andamento no Município a Licitação na modalidade

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 22 Visto

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 3 Visto

Concorrência n.031/2015, que tem por objeto a outorga de Concessão para prestação e exploração do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Pato Branco. O processo está suspenso, por decisão judicial, conforme aviso de suspensão já anexado.

Como se pode observar do Plano de Investimento, a outorga pelo concorrente vencedor será realizada no momento da assinatura do contrato e será destinado ao melhoramento dos pontos de ônibus, inclusive construção de terminais, os quais, frise-se, terão as despesas realizadas com a outorga apresentada pela empresa vencedora do certame, e ainda, conforme declaração da Secretaria do Planejamento Urbano, tais melhorias já estão contempladas nas normas ABNT e assim serão executadas, sendo desnecessário, Legislação específica.

O Processo, portanto, é tecnicamente inviável, pois, de nada adiantaria dispor de recursos para execução das melhorias propostas demandando recursos não contemplados no orçamento e na sequência substitui-los, o que seria a malversação do dinheiro Público.

Tendo em vista, às argumentações expedida e seguindo as demais orientações exaradas no Parecer Jurídico, veta-se integralmente o Projeto de Lei na forma apresentada pelos Srs. Vereadores.

Pato Branco, 11 de julho de 2016.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 23
Visto

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 4
Visto

Assessoria Jurídica do Gabinete

PARECER 013/2016

DE: ASSESSORIA JURÍDICA GABINETE

PARA: GABINETE

RAZÕES DE VETO AO PROJETO DE LEI Nº 0026/2015

Através do Projeto de Lei nº 026/2015, de autoria dos Vereadores Claudemir Zanco, Enio Ruaro, Guilherme Sebastião Silvério e Vilmar Maccari, o Legislativo acrescenta dispositivo à lei n.3.271 de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.

O artigo 1º da Lei 3.271/2009, **vigora com a seguinte redação:**

> **LEI Nº 3.271 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009**
> **Dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco e dá outras providências.**
>
> **Art. 1º Nos pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco para bem atender e atender com dignidade seus usuários deverão estar disponíveis os seguintes benefícios e orientações:**
>
> **I - Lixeiras.**
>
> **II - Face indicativa com o nome da rua e bairro.**
>
> **III - Painel indicativo com os horários das linhas e bairros atendidos.**
>
> **IV - Bancos para idosos ou portadores de deficiência física.**

O atual Projeto aprovado pelos vereadores, incluí mais três incisos ao artigo 1º, além de modificar o inciso IV, **passará a vigorar com a seguinte redação:**

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 04 Visto

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 5 Visto

Assessoria Jurídica do Gabinete

Art. 1º Nos pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco para bem atender e atender com dignidade seus usuários deverão estar disponíveis os seguintes benefícios e orientações:

.....

IV – Bancos para usuários, com espaços reservados para idosos, gestantes e/ou portadores de deficiência física.

V – Cobertura.

VI – Vedação nas laterais e na parte de trás.

VII – Calçamento em toda a área.

O Projeto inclui várias melhorias nos pontos de ônibus, as quais demandam despesas que não serão possíveis no momento, sob pena de haver malversação do dinheiro público, como veremos:

Está em andamento no Município a Licitação na modalidade Concorrência n.031/2015, que tem por objeto a outorga de Concessão para prestação e exploração do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Pato Branco. O processo está suspenso, por decisão judicial, conforme aviso de suspensão em anexo.

Como se pode observar do Plano de Investimento em anexo, a outorga pelo concorrente vencedor, será realizada no momento da assinatura do contrato e será destinado ao melhoramento dos pontos de ônibus, inclusive construção de terminais, os quais, frise-se, terão as despesas realizadas com a outorga apresentada pela empresa vencedora do certame.

Investir, neste momento, na melhoria dos pontos de ônibus, não seria prudente, já que o Projeto será executado posteriormente, tão logo, a Concorrência esteja homologada.

Câmara Mun. de Palo Branco Fls 25 Visto

Câmara Mun. de Palo Branco Fls 6 Visto

Convém ainda ressaltar, que conforme declaração da Secretaria do Planejamento Urbano, tais melhorias já estão contempladas nas normas ABNT e assim serão executadas, sendo desnecessário, Legislação específica.

Quando um projeto é vetado, que só pode ocorrer quando o mesmo for inconstitucional ou apresentar contrariedade ao interesse público (art. 66, § 1º, da CF – art. 36, Lei Orgânica Município), deverá ter motivação fundamentada, apontando-se a inconstitucionalidade e identificando a contrariedade ao interesse público, elementos constitutivos da sua validade, o que no caso, ficou demonstrado, o presente Projeto contraria absurdamente o interesse público, quando propõe gastos em duplicidade.

O Processo, portanto, é tecnicamente inviável, pois, de nada adiantaria colocar assentos nos pontos de ônibus hoje existentes, cobertura, enfim, todas as melhorias propostas demandando recursos não contemplados no orçamento e na sequência substituí-los.

Tendo em vista, às argumentações expedidas, **o Parecer é no sentido de que o Executivo poderá vetar integralmente o Projeto de Lei na forma apresentada pelos Srs. Vereadores.**

Vale lembrar, que manifestando-se por melo de pareceres, o Assessor Jurídico não pratica ato decisório, expedindo atos apenas de cunho opinativo. Constata-se, portanto, que o parecer no processo administrativo apresenta controle preventivo da legalidade, sendo o administrador destinatário da consulta jurídica, responsável pela edição do ato decisório final, o qual tem por escopo o interesse público, os atos decisórios, são atos discricionários da administração levando em consideração critérios de oportunidade, conveniência e viabilidade, os quais deverão ser analisados diretamente pelo gabinete.A medida é necessária,

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 96
Visto

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 7
Visto

porém, o momento não é oportuno, implicando em duplicidades de gastos, caso o Projeto de Lei apresentado não seja vetado.

Pato Branco, 11 de Julho de 2016.

SAYONARA TOSSULINO DE ALMEIDA
Assessoria Jurídica

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 27
Visto

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 8
Visto

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
Secretaria de Planejamento Urbano

DECLARAÇÃO

A Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Pato Branco, declara para os devidos fins e a quem possa interessar, que os Pontos de Ônibus elaborados por esta secretaria, contemplam espaços para idosos e cadeirantes, banco, fechamentos laterais e fundo e fechamento superior com telha sanduíche para conforto térmico, conforme projeto arquitetônico, baseados nas normas da ABNT, não havendo necessidade de legislação municipal específica sobre os mesmos.

Pato Branco, 05 de julho de 2016.

EMERSON CARLOS MICHELIN
Secretário de Planejamento Urbano

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 28
Visto

Município de Pato Branco
Fls 131 Visto

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 9
Visto

PLANO DE INVESTIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO ÔNUS DE OUTORGA ONEROSA.

Município de Pato Branco
Vanderlei José Crestani
Secretário de Administração e Finanças
Port. 001/2013

Valdecir Afonso
Chefe da Divisão do Transporte Coletivo
Portaria 364/2013

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
Emerson Carlos Michelin
Secretário de Planejamento Urbano
Port. 038/2015 de 30/01/2015

Município de Pato Branco
Frederico Demorio Pimpão
Secretário de Serviços Públicos
Port.368/2014

Município de Pato Branco
Gizeli Cristina Mattei
Divisão de Licitação

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 29 Visto

Município de Pato Branco Fls 82 Visto

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 10 Visto

PEDIDO DE PUBLICAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTO

Em atendimento a Lei nº 4.633, de 17 de julho de 2015, que altera dispositivos da Lei nº 3.598, de 26 de maio de 2011, a qual institui a Lei Geral do Transporte Público do Município de Pato Branco, e em cumprimento aos termos do Artigo 5º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos, solicito publicação do Plano de Investimento para justificar a conveniência da outorga onerosa referente á concessão para a Prestação dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na área do Município de Pato Branco – PR, pelo período de 20 anos, sem prorrogação.

Ressalta-se que o Plano de Investimento, é resultado das analises e estudos técnico, desenvolvidos pela empresa Logitrans Logística Engenharia e Transportes Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.109.474/0001-00, vencedora da Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 14/2014, e pela Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Demais Informações poderão ser obtidas através do telefone (46) 3902-1350 e no E-mail otcm@patobranco.pr.gov.br, com Afonso.

Pato Branco, 28 de julho de 2015.

Vanderlei José Crestani
Secretario Municipal de Administração e Finanças
Membro da Comissão

Município de Pato Branco
Vanderlei José Crestani
Portaria de Administração e Finanças
Port. 001/2013

Município de Pato Branco
Gizeli Cristina Mattei
Divisão de Licitação

Vanderlei Afonso
Chefe da Divisão do Transporte Coletivo
Portaria 463/2013

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
Emerson Carlos Michelin
Secretário de Planejamento Urbano
Port. 036/2015 de 30/01/2015

Município de Pato Branco
Frederico Demario Pimpão
Secretário de Engenharia, Obras e Serviços Públicos
Port.369/2014

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 30
Visto
Município de Pato Branco
Fls. 183 Visto
Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 11
Visto

PLANO DE INVESTIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO ÔNUS DE OUTORGA ONEROSA

Apresentação:

O Município de Pato Branco, por meio das Secretarias de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Planejamento Urbano, pretende desenvolver um plano de investimento na cidade voltado para a melhoria da mobilidade urbana.

Busca-se, com isso, oferecer maior conforto e segurança aos usuários do transporte coletivo e uma gestão mais eficiente dos serviços prestados pela empresa que vier a ser contratada.

Trata-se de uma iniciativa diretamente relacionada à presente concorrência, integrando, portanto, um conjunto de ações realizadas pelo Município que tem como escopo maior o aprimoramento da prestação de serviços públicos municipais.

Nesse contexto, a receita auferida na outorga da licitação do Transporte Coletivo será investida em obras para a melhoria do próprio sistema, contribuindo para a boa gestão dos recursos públicos. Este plano contém descrição das obras e melhorias almejadas pelo Município, acompanhada dos valores estimados de seu custo.

Importante frisar que tais obras e seus respectivos valores configuram estimativa cuja confirmação dependerá da cuidadosa avaliação das necessidades municipais e da elaboração dos projetos executivos pertinentes. Nesse contexto, sua menção se justifica como mecanismo de apresentação à população do planejamento, ainda que indicativo, das ações pretendidas pelo governo.

Construção de abrigos na área central:

Considerando que o sistema de transporte coletivo dispõe da integração temporal e a malha de linhas proporciona a integração em mais de um local, indicado pelo Estudo Técnico Projeto Básico, deverão ser construídos 04 (quatro) abrigos com área de aproximadamente 120m2 (cento e vinte metros quadrados) nos locais definidos no projeto básico. Estes abrigos, considerados locais de integração deverão ter em sua infra-estrutura básica, lixeira, bancos, painéis informativos das Linhas e Horários.

Município de Pato Branco
Andreia José Graziani
Secretária Administração e Finanças
Port. 901/2013

Município de Pato Branco
Rizeli Cristina Murrel
Divisão de Licitação

Vanessa Afonso
Chefe da Divisão de Transporte Coletivo
Portaria 463/2013

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
Emerson Carlos Michelin
Secretário de Planejamento Urbano
Port. 038/2015 de 30/01/2015

Município de Pato Branco
Frederico Demarlo Pimpão
Secretário de Engenharia, Obras e Serviços Públicos
Port.368/2014

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 31 Visto
Município de Pato Branco Fls. 184 Visto
Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 12 Visto

Custo: *R$ 709.548,40 (setecentos e nove mil quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos)* conforme estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

<u>Substituição de abrigos na extensão da Av. Tupi</u>:

Considerando a necessidade uma melhor proteção aos usuários contra as intempéries da natureza como chuva, vento e frio, no eixo da Avenida Tupi, onde concentra o maior número de passageiros e linhas, serão substituídos todos os abrigos existentes, em número de 50 (cinqüenta) abrigos.

Custo: *R$ 1.197.135,50 (um milhão cento e noventa e sete mil cento e trinta e cinco reais e cinqüenta centavos)*, conforme estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Havendo saldo positivo do valor total arrecadado com a outorga onerosa, poderá ser destinado com a colocação de mais abrigos, além dos previstos neste plano, em locais de necessidade constatada pelo Órgão Gestor.

Os abrigos substituídos, retirados, serão alocados conforme constatação de necessidade em locais de embarque e desembarque de passageiros, que ainda não possuem abrigos, com mão de obra e custos arcados pelo Município.

Os referidos projetos encontram-se à disposição para consulta na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Município de Pato Branco
Vandelei José Crestani
Secretário de Administração e Finanças
Port. 001/2013

Valério Afonso
Chefe da Divisão do Transporte Coletivo
Portaria 463/2013

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
Emerson Carlos Michelin
Secretário de Planejamento Urbano
Port. 035/2015 de 30/01/2015

Município de Pato Branco
Frederico Demorio Pimpão
Secretário de Engenharia, Obras e Serviços Públicos
Port.368/2014

Município de Pato Branco
Gizeli Cristina Mattei
Divisão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ

[illegible]

TERMO DE APOSTILAMENTO PRORROGAÇÃO Nº [illegible]

[illegible]

EXTRATO DO CONTRATO Nº [illegible]

[illegible]

TERMO DE APOSTILAMENTO PRORROGAÇÃO DE PRAZO Nº [illegible]

[illegible]

CLÁUSULA PRIMEIRA

[illegible]

CLÁUSULA SEGUNDA

[illegible]

Palmas, [illegible] de julho de 2015

DECRETO Nº [illegible]

[illegible]

DECRETA

Art. 1º - [illegible]

[illegible]

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete Municipal de Palmas, PR, em [illegible] de julho de 2015.
Hilário Andraschko
Prefeito Municipal

EDITAL [illegible]

[illegible]

Candidato	Data Nasc.	Nota final	Classificação
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Palmas, PR, [illegible] de julho de 2015.
Hilário Andraschko
Prefeito Municipal

RELATÓRIO DE GESTÃO ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE 1º SEMESTRE 2015 DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR PROGRAMAS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

1 - POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Departamento Municipal Promoção Humana. Gestor: Humberton Luis Serpa de O. Vieira

a) Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos para jovens de 15 a 17 anos:
É um serviço socioeducativo, cuja principal diretriz é o apoio direto aos adolescentes jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e vinculados ou egressos de programas e serviços de Proteção Social Especial. Oferece um espaço de convivência social voltada ao desenvolvimento de potencialidade dos jovens e aquisições para atuação crítica e proativa no seu meio social e no mundo do trabalho.
Número de adolescentes que frequentam o Serviço: 11 adolescentes

b) Serviço de Convivência para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos:
Programa de transferência direta de renda do Governo Federal para famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho, aliado às ofertas de Ações Socioeducativas e de convivência, manutenção da criança/adolescente na escola e articulação dos demais serviços da rede de proteção básica e especial. Tem como objetivo erradicar todas as formas de trabalho infantil do país. Crianças e adolescentes que frequentam: 108 crianças e/ou adolescentes.

c) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS):
O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) constitui-se numa unidade pública estatal, responsável pela oferta de funções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Número de atendimentos à crianças e adolescentes em situação de violência abuso sexual e exploração sexual pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS: 101 crianças e adolescentes

d) Casa Lar Irmã Rosa: A Casa Lar Irmã Rosa constitui num equipamento social, vinculado financeiramente à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Coronel Vivida - APMI, tendo esta como personalidade jurídica e tecnicamente operacionalizada pelo Departamento Municipal de Promoção Humana, destina-se a uma oferta residencial para abrigar temporariamente crianças e adolescentes em situação de risco pessoal/social. A Casa Lar funciona em tempo integral, de segunda à domingo. Possui capacidade de acolhimento para 15 crianças, com espaço amplo, dormitórios femininos e masculinos, área de lazer, proporcionando um ótimo acolhimento. É disponibilizada toda a alimentação necessária às crianças de acordo com as necessidades de formação etária, assim como higienização, estudo e vestuário. Número de crianças e adolescentes abrigados na Casa Lar Irmã Rosa: 11 crianças abrigadas e adolescentes

e) Manutenção da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Coronel Vivida - APMI:
A entidade executa em suas dependências, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, e o CREAS, sendo estes, conveniados com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Também executa a manutenção das funcionárias da Casa Lar Irmã Rosa. Para tanto, recebe alguns recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no entanto, estes recursos são destinados apenas para a aquisição de parte dos materiais de consumo, ficando o restante das despesas sem recursos, tendo em vista que a entidade possui receitas de promoções e doações, o que não permite sua manutenção para execução das atividades, necessitando assim solicitar recursos ao governo municipal. Através de convênio para repasse de recursos da Prefeitura Municipal para a entidade, é possível realizar a contratação dos monitores para a execução das oficinas da Jornada Ampliada do PETI, assim como os funcionários que auxiliam na manutenção da entidade, como secretária, tesoureira, cozinheira, auxiliares de serviços gerais, jardineira, padeira.

2 - POLÍTICA DE EDUCAÇÃO:
Órgão Gestor: Departamento Municipal de Educação. Nome do Gestor: [illegible]

a) Centros Municipais de Educação Infantil: Atendimento à crianças de 0 a 6 anos, em educação infantil/creches, sendo eles: - Centro de Educação Infantil Primavera - 76 atendimentos
- Centro de Educação Infantil Arco-Íris - 68 atendimentos
- Centro de Educação Infantil Aquarela - 76 atendimentos
- Centro de Educação Infantil Vó Erna - 141 atendimentos
- Centro Municipal de Educação Infantil Dona Ema - 75 atendimentos

b) Escolas Municipais: atendimento educacional à crianças do 1º ao 5º ano, sendo elas:
- Escola Municipal Tiradentes - 166 atendimentos
- Escola Municipal [illegible] - 110 atendimentos
- Escola Municipal [illegible] - 196 atendimentos
- Escola Municipal São Cristóvão - 115 atendimentos
- Escola Municipal Presidente Kennedy - 209 atendimentos
- Escola Municipal Sete de Setembro - 113 atendimentos
- Escola Municipal [illegible] - 133 atendimentos
- Escola Municipal Vista Alegre - 52 atendimentos
- Escola Municipal Maria da Luz - 61 atendimentos
- Escola Municipal Santa Lucia - 44 atendimentos
- Educação de Jovens e Adultos do 1º ao 5º ano - nenhum

c) Programa Municipal Fonte de Talentos: Centro sócio social, escola em tempo integral, onde são desenvolvidas diversas oficinas. Crianças beneficiadas do Programa: 100 Crianças e Adolescentes

d) Educação especial - classe especial para alunos com deficiência intelectual.
Número de crianças atendidas: 06 crianças

e) Educação Especial - classe especial para alunos com transtorno global ou condutas típicas.
Número de crianças atendidas: 03 crianças

Órgão: AABB Comunidade. Responsável: [illegible]

a) Programa AABB Comunidade: Centro sócio social, escola em tempo integral, onde são desenvolvidas diversas oficinas. Crianças beneficiárias do Programa: 110 crianças e adolescentes

Órgão: APAE. Responsável: [illegible]

Atendimento especializado da Educação para crianças e adolescentes com necessidades especiais. Número de crianças e adolescentes Atendidos: 40 crianças e adolescentes

3 - IDENTIFICAÇÃO GERAL:
Órgão Gestor: Departamento Municipal de Saúde. Nome Gestor: [illegible] Fontana

a) Consultas pediátricas para crianças de 0 a 12 anos realizadas no Núcleo Integrado de Saúde de Coronel Vivida: Número de crianças atendidas: 495 consultas
b) Programa Nascer em Coronel Vivida - consultas para gestantes: 665 consultas
c) Programa Nascer em Coronel Vivida - entrega de Kits e material para recém nascidos: 73 kits
d) Programa Nascer em Coronel Vivida - [illegible]
e) Acompanhamento de crescimento e desenvolvimento de crianças de 0 a 5 anos: 183 crianças
f) Atendimento odontológico para crianças de 0 a 12 anos: 79 atendimentos

Coronel Vivida, 20 de julho de 2015.
Humberton Luis Serpa de Oliveira Vieira. Diretor do Depto Promoção Humana

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

Em cumprimento à Lei nº [illegible], de 17 de julho de 2015, que altera dispositivos da Lei nº 3.591, de 26 de maio de 2011, a qual institui a Lei Geral do Transporte Público do Município de Pato Branco, e em cumprimento aos termos do Artigo 5º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos, o Município de Pato Branco publica Plano de Investimento para justificar a conveniência da outorga onerosa referente à concessão para a Prestação dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na área do Município de Pato Branco – PR, pelo período de 20 anos, sem prorrogação. Ressalta-se que o Plano de Investimento, é resultado das análises e estudos técnicos desenvolvidos pela empresa Logitrans Logística Engenharia e Transportes Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.107.474/0001-09, vencedora da Licitação na modalidade Tomada de Preços nº [illegible], e pela Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Demais informações poderão ser obtidas através do telefone (46) 3220-1150 e no E-mail [illegible]@patobranco.pr.gov.br, com Afonso. Pato Branco, 28 de julho de 2015.

PLANO DE INVESTIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO ÔNUS DE OUTORGA ONEROSA

Apresentação

O Município de Pato Branco, por meio das Secretarias de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Planejamento Urbano, pretende desenvolver um plano de investimento na cidade voltado para a melhoria da mobilidade urbana.

Busca-se, com isso, oferecer maior conforto e segurança aos usuários do transporte coletivo e uma gestão mais eficiente dos serviços prestados pela empresa que vier a ser contratada.

Trata-se de uma iniciativa diretamente relacionada à gestão concertada, integrada, portanto, um conjunto de ações realizadas pelo Município que tem como escopo maior o aprimoramento da prestação de serviços públicos municipais.

Neste contexto, a receita auferida na outorga da licitação do Transporte Coletivo será revertida em obras para a melhoria do próprio sistema, contribuindo para a boa gestão dos recursos públicos. Este plano contém descrição das obras e melhorias almejadas pelo Município, acompanhada dos valores estimados de seu custo.

Importante frisar que tais obras e seus respectivos valores configuram estimativas cuja confirmação dependerá da cuidadosa avaliação das necessidades municipais e da elaboração dos projetos executivos pertinentes. Neste contexto, sua exposição se justifica como mecanismo de apresentação à população do planejamento, ainda que indicativo, das ações pretendidas pelo governo.

Construção de abrigos na área central:

Considerando que o sistema de transporte coletivo dispõe da integração temporal e a malha de linhas proporciona a integração em mais de um local, indicado pelo Estudo Técnico Projeto Básico, deverão ser construídos 04 (quatro) abrigos com área de aproximadamente 120m² (cento e vinte metros quadrados) nos locais definidos no projeto básico. Estes abrigos, considerados locais de integração deverão ter em sua infraestrutura básica, água, banheiros, painéis informativos das linhas e horários.

Custo: R$ 299.514,40 (duzentos e noventa e nove mil quinhentos e quatorze reais e quarenta centavos) conforme estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Substituição de abrigos na extensão da Av. Tupi

Considerando a necessidade mais efetiva proteção aos usuários contra as intempéries da natureza como chuva, vento e frio, no eixo da Avenida Tupi, onde concentra o maior número de passageiros e linhas, serão substituídos todos os abrigos existentes, em número de 50 (cinquenta) abrigos.

Custo: R$ 1.192.135,50 (um milhão cento e noventa e dois mil cento e trinta e cinco reais e cinquenta centavos), conforme estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Havendo saldo positivo do valor total arrecadado com a outorga onerosa, poderá ser destinado com a colocação de mais abrigos, além dos previstos neste plano, em locais de necessidade constatada pelo Órgão Gestor. Os abrigos substituídos, retirados, serão alocados conforme constatação da necessidade em locais de embarque e desembarque de passageiros, que ainda não possuem abrigos, sem custo de obra [illegible] pelo Município. Os estudos e projetos encontram-se à disposição para consulta na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Vanderlei[?] Afonso
Chefe da Divisão do Transporte Coletivo
Portaria 463/2013

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
Emerson Carlos Michelin
Secretário de Planejamento Urbano
Port. 036/2015 de 30/01/2015

Município de Pato Branco
Frederico Demario Pimpão
Secretário de Engenharia, Obras e Serviços Públicos
Port. 368/2014

Município de Pato Branco
Vandarlei[?] José Crestani
Secretário de Administração e Finanças
Port. 001/2015

Município de Pato Branco
Gizeli Cristina Mattei
Divisão de Licitação

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 33
Visto

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 14
Visto

Diário Oficial dos Municípios
do Sudoeste do Paraná–DIOEMS

O Município de Pato Branco
Fls. 179 Visto

Sexta-Feira, 31 de Julho de 2015 Instituído pela Resolução 001/2010 de Outubro de 2010 Ano IV - Edição nº 0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Em atendimento a Lei nº 4.633, de 17 de julho de 2015, que altera dispositivos da Lei nº 3.608, de 26 de maio de 2011, a qual institui a Lei Geral do Transporte Público do Município de Pato Branco, e em cumprimento aos termos do Artigo 5º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos, o Município de Pato Branco publica Plano de Investimento para justificar a conveniência da outorga onerosa referente à concessão para a Prestação dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na área do Município de Pato Branco – PR, pelo período de 20 anos, sem prorrogação. Ressalta-se que o Plano de Investimento é resultado das análises e estudos técnico, desenvolvidos pela empresa Logiurans Logística Engenharia e Transportes Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.109.474/0001-00, vencedora da Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 1/2014, e pela Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Demais informações poderão ser obtidas através do telefone (46) 3902-1350 e no E-mail oicm@patobranco.pr.gov.br. com Afonso. Pato Branco 28 de julho de 2015

PLANO DE INVESTIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO ÔNUS DE OUTORGA ONEROSA

Apresentação.
O Município de Pato Branco, por meio das Secretarias de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Planejamento Urbano, pretende desenvolver um plano de investimento na cidade voltado para a melhoria da mobilidade urbana.
Busca-se, com isso, oferecer maior conforto e segurança aos usuários do transporte coletivo e uma gestão mais eficiente dos serviços prestados pela empresa que vier a ser contratada.
Trata-se de uma iniciativa diretamente relacionada à presente concorrência, integrando, portanto, um conjunto de ações realizadas pelo Município que tem como escopo maior o aprimoramento da prestação de serviços públicos municipais.
Nesse contexto, a receita auferida na outorga da licitação do Transporte Coletivo será investida em obras para a melhoria do próprio sistema, contribuindo para a boa gestão dos recursos públicos. Este plano contém descrição das obras e melhorias almejadas pelo Município, acompanhada dos valores estimados de seu custo.
Importante frisar que tais obras e seus respectivos valores configuram estimativa cuja confirmação dependerá da cuidadosa avaliação das necessidades municipais e da elaboração dos projetos executivos pertinentes. Nesse contexto, sua menção se justifica como mecanismo de apresentação à população do planejamento, ainda que indicativo, das ações pretendidas pelo governo.
Construção de abrigos na área central:
Considerando que o sistema de transporte coletivo dispõe da integração temporal e a malha de linhas proporciona a integração em mais de um local, indicado pelo Estudo Técnico Projeto Básico, deverão ser construídos 04 (quatro) abrigos com área de aproximadamente 120m2 (cento e vinte metros quadrados) nos locais definidos no projeto básico. Estes abrigos, considerados locais de integração deverão ter em sua infra-estrutura básica água, bancos, painéis informativos das Linhas e Horários.
Custo: R$709.848,40 (setecentos e nove mil oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos) conforme estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.
Substituição de abrigos na extensão da Av. Tupi;
Considerando a necessidade uma melhor proteção aos usuários contra as intempéries da natureza como chuva, vento e frio, no eixo da Avenida Tupi, onde concentra o maior número de passageiros e linhas, serão substituídos todos os abrigos existentes, em número de 50 (cinquenta) abrigos.
Custo: R$ 1.197.135,50 (um milhão cento e noventa e sete mil cento e trinta e cinco reais e cinquenta centavos), conforme estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.
Havendo saldo positivo do valor total arrecadado com a outorga onerosa, poderá ser destinado com a colocação de mais abrigos, além dos previstos neste plano, em locais da necessidade constatada pelo Órgão Gestor. Os abrigos substituídos, retirados, serão alocados conforme constatação de necessidade em locais de embarque e desembarque de passageiros, que ainda não possuem abrigos, com mão de obra e custos arcados pelo Município.
Os referidos projetos encontram-se à disposição para consulta na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Município de Pato Branco
Gisleusa José Crestani
Diretoria de Administração e Finanças
Port. 001/2013

Município de Pato Branco
Rizzell Cristina Mattei
Divisão de Licitação

Valdecir Afonso
Chefe da Divisão do
Transporte Coletivo
Portaria 463/2013

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
Emerson Carlos Michelin
Secretário de Planejamento Urbano
Port. 036/2015 de 30/01/2015

Município de Pato Branco
Frederico Demarlo Pimpão
Secretário de Engenharia,
Obras e Serviços Públicos
Port.368/2014

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 34 Visto
Câmara Mun. de Pato Branco Fls 15 Visto
Município de Pato Branco Fls 190 Visto

Prefeitura Municipal de Guaratuba
Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

1) TIPO: MENOR PREÇO LOTE ÚNICO
2) MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
3) PADRÃO REGISTRO DE PREÇOS
4) EDITAL: Nº. 035/2015 – PMG
5) OBJETO: O presente certame tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de serralheria para confecções e instalações de grades de contenção, portões, grades e portas de ferro galvanizados nos prédios públicos, com o objetivo de atender a demanda de todos os departamentos das secretarias do Município e Destacamento de Bombeiros Militares de Guaratuba, conforme as especificações no Anexo I deste Edital
6) RETIRADA DO EDITAL: O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site oficial do Município de Guaratuba, na página www.guaratuba.pr.gov.br.
7) INFORMAÇÕES IMPORTANTES:
7.1) PRAZO FINAL PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 13 de agosto de 2015, até as 8 h (oito horas).
7.2) ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 13 de agosto de 2015, às 8h30 (oito horas e trinta minutos).
7.3) INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia 13 de agosto de 2015, às 09 h (nove horas).
7.4) O Município de Guaratuba utilizará o portal de Licitações do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br) para realização desta licitação, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre as partes.
8) FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:
Email: licitacao@guaratuba.pr.gov.br
Fax: (41) 3472-8576
9) REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Guaratuba PR, 29 de julho de 2015.
SILVANA A. DINIZ
Pregoeira

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

Em atendimento a Lei nº 4.633, de 17 de julho de 2015, que altera dispositivos da Lei nº 3.578, de 26 de maio de 2011, a qual institui a Lei Geral do Transporte Público do Município de Pato Branco, e em cumprimento aos termos do Artigo 5º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos, o Município de Pato Branco publica Plano de Investimento para justificar a conveniência da outorga onerosa referente à concessão para a Prestação dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na área do Município de Pato Branco – PR, pelo período de 20 anos, sem prorrogação. Reacolha-se que o Plano de Investimento, o resultado dos anteriores estudos técnicos, desenvolvidos pela empresa Logitrans Logística Engenharia e Transportes Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.109.474/0001-00, vencedora da Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 14/2014, e pela Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Demais informações poderão ser obtidas através do telefone (46) 3902-1350 e no E-mail plan@patobranco.pr.gov.br, com Alfredo. Pato Branco, 28 de julho de 2015.

PLANO DE INVESTIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO ÔNUS DE OUTORGA ONEROSA

Apresentação:

O Município de Pato Branco, por meio das Secretarias de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Planejamento Urbano, pretende desenvolver um plano de investimento na cidade voltado para a mobilidade da mobilidade urbana.

Busca-se, com isso, oferecer maior conforto e segurança aos usuários do transporte coletivo e uma gestão mais eficiente dos serviços prestados pelo que vier a ser contratado.

Trata-se de uma iniciativa diretamente relacionada à presente concorrência, integrando, portanto, um conjunto de ações realizadas pelo Município que tem como escopo maior o aprimoramento de prestação de serviços públicos municipais.

Nesse contexto, a receita auferida na outorga da licitação do Transporte Coletivo será investida em obras para a melhoria do próprio sistema, contribuindo para o bom gestão dos recursos públicos. Este plano contém descrição das obras e melhorias financiadas pelo Município, acompanhada dos valores estimados de seu custo.

Importante frisar que tais obras e seus respectivos valores configuram estimativa cuja confirmação dependerá da criteriosa avaliação das necessidades municipais e da elaboração dos projetos executivos pertinentes. Nesse contexto, sua menção se justifica como mecanismo de apresentação à população do planejamento, ainda que indicativo, das ações pretendidas pelo governo.

Construção de abrigos na área central:

Considerando que o sistema de transporte coletivo adota da integração temporal e a malha de linhas proporciona a integração em mais de um local, indicado pelo Estudo Técnico Projeto Básico, deverão ser construídos 04 (quatro) abrigos com área de aproximadamente 120m2 (cento e vinte metros quadrados) nos locais definidos no projeto básico. Estes abrigos, considerados locais de integração deverão ter em sua infra-estrutura básica, água, bancos, painéis informativos das Linhas e Horários.

Custo: R$ 709.548,40 (setecentos e nove mil quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos) conforme estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Substituição de abrigos na extensão da Av. Tupi:

Considerando a necessidade uma melhor proteção dos usuários contra os transtornos da natureza como chuva, vento e frio, na obra da Avenida Tupi, onde concentra o maior número de passageiros e linhas, serão substituídos todos os abrigos existentes, em número de 50 (cinquenta) abrigos.

Custo: R$ 1.197.125,60 (um milhão cento e noventa e sete mil cento e trinta e cinco reais e sessenta centavos), conforme estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Havendo saldo positivo do valor total arrecadado com a outorga onerosa, poderá ser destinado com a colocação de mais abrigos, além dos previstos neste plano, em locais de necessidade constatada pelo Órgão Gestor. Os abrigos substituídos, retirados, serão locados conforme constatação de necessidade em locais de embarque e desembarque de passageiros, que ainda não possuem abrigos, com mão de obra e custos locados pelo Município. Os referidos projetos encontram-se à disposição para consulta na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

COMUNICADO PÚBLICO

UNIVERSAL EMPREENDIMENTOS LTDA., empresa responsável pela construção e administração do Horizonte Edifício Vertical Universal (CEMITÉRIO VERTICAL DE CURITIBA), solicita o comparecimento dos clientes abaixo relacionados, em nosso escritório situado a Rua Konrad Adenauer, 840 - Tatuquara, no prazo de 30 dias contados da presente publicação, a fim de regularizar sua situação, sob pena de encaminhamento do respectivo contrato.

46284 ABEL APARECIO RODRIGUES
47801 ADRIANA GONÇALVES BRAZ
82581 ANDREIA HERMES GOSCH
30626 ANTONIA LUZ DOS SANTOS
61893 ANTONIO FRANCISCO LISBOA
58808 APARECIDA CASTILHO DE PONTES
49897 APARECIDA ROSA DOS SANTOS
58481 CLINIO APARECIDO GOMES
23087 DELAIR CARDOSO PEREIRA
74682 EUETE AMERICANO PEREIRA
61940 EVANDEL APARECIDO DE SOUZA
31185 ISMAEL ROSA CARDOSO
53450 IRIA MENDES FERREIRA
37814 JOSELICI CACIATORI
54382 JOSUE ALVES VIEIRA
64657 LUCIANE KIRSTA
59156 MARIA NILSA COSTA DA SILVA
62408 MARISA APARECIDA DE PAULA
62011 MATILDE FERNANDEZ GOMES
43843 NILCE ZUCCO DOS SANTOS SILVA
53542 NILSO GONÇALINO
41607 NILVAN JOSE HOGUERRA
18376 PAULO PRETO
41696 PEDRO RODRIGUES DA SILVA
51522 ROBERTO CLAUDIO BUSSE JUNIOR
41515 SANDRA DO ROCIO DE LIMA
51599 SONIA REGINA SANCHES DE SOUZA ROCHA
72153 SUELI CARUELI PEREIRA
41812 VALDEVINO CAMARGO
53707 VANDERLEI GERVASIO
64459 VANIA MARIA DA SILVA
37138 WILMAR VIDAL DE OLIVEIRA
42112 ARIEL GONÇALVES
20714 JACINTA MARIA DE JESUS
51162 MARCIO RENATO RUBIN
14959 MARIA CLARA DE OLIVEIRA CARDOSO
49618 SEBASTIÃO DE JESUS SANTOS
63937 SERGIO ALVES DA ROSA
18491 ELVIRA MARIA SCHALDACHI
11568 SANDRA MARCIA URBANO DA CRUZ OLEXO
13990 VALITAO DIAS
11937 THIAGO BICHARA HAJMUSSI

COMUNICADO

A OI informa que, em razão da interrupção na sua rede por motivos técnicos, poderá ocorrer indisponibilidade do Serviço Móvel Pessoal nas localidades: Boa Vista da Cerrão, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Sossego do Sul, Cascavel, Chopim do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enco Marques, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guaraniaçu, Marmeleiro, Marechal Cândido Rondon, Nova Esperança do Sudoeste, Pato Branco, São Pedro do Iguaçu, Sulina, Toledo - dos 2 (dois) dias do dia 05/08/2015 às 08h00min do dia 06/08/2015. A OI agradece a compreensão dos seus clientes e informa que o propósito é continuar prestando serviços de qualidade.

COMUNICADO

A OI informa que, por motivos de conhecido, devido a ocorrência, ocorreu a interrupção do Serviço Móvel Pessoal nas localidades: Nova Esperança, Nova Esperança do Sudoeste e Santa Isabel do Ivaí - das 14h1 min do dia 30/07/2015 às 08h00 min do dia 06/07/2015. Sistema normalizado após ações de manutenção. Para todos os casos não houve meios alternativos para minimizar as consequências advindas da interrupção. A OI agradece a compreensão do seus clientes e comunica que as localidades já se encontram com seus serviços plenamente restabelecidos.

JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2015

Objeto: Registro de preços para aquisição de solução de filtragem de conteúdo de correio eletrônico. Data limite para credenciamento das propostas, realização da sessão e encerramento de lances: às 14h00 de 13/08/2015. Realização da sessão no site www.comprasnet.gov.br. Retirada do Edital nos sites: www.trt8.jus.br ou www.comprasnet.gov.br. Informações pelo telefone (41) 3310-7486 / 7375 ou pelo correio eletrônico: licitacao@trt8.jus.br

Paulo Gaya
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
(EDITAL DE CONVOCAÇÃO (Edital nº 001/2015 SMMA 20))

A SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SMMA, órgão vinculado à PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA – PMC, vem por meio deste, convocar a população em geral e interessados, para participar da Audiência Pública do Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA referente ao ESTUDO COMPLEMENTAR DE IMPACTO AMBIENTAL PARA IMPLANTAÇÃO DA LINHA AZUL SANTA CÂNDIDA/CIC SUL DO SISTEMA DE METRÔ DE CURITIBA E/OU NORTE/SUL DA REDE INTEGRADA DE TRANSPORTE – RIT no município de Curitiba, sob responsabilidade do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC.

A Audiência Pública será realizada:
DATA: 22 DE SETEMBRO DE 2015 - ÀS 19:00 HORAS
LOCAL: CENTRO DE CAPACITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ENDEREÇO: RUA DR. FAIVRE, 904 - CENTRO - CURITIBA - PR

O evento tem por finalidade informar a população acerca do Estudo Complementar e respectivo Relatório de Impacto Ambiental referente à implantação da Linha Azul Santa Cândida/CIC Sul do sistema de metrô de Curitiba e colher sugestões a fim de subsidiar o procedimento de Licenciamento Ambiental.

Curitiba, 31 de julho de 2015
Diretoria de Planejamento Ambiental

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

FAM ENGENHARIA LTDA torna público que recebeu do IAP, a Licença de Instalação para RESIDENCIAL LE VILLAGE ROYALLE Nº 21515 COM VENCIMENTO EM 06/07/2017 a ser implantada À RUA HUGO ZEN, S/N COLONIA RIO GRANDE, SÃO JOSE DOS PINHAIS, 83025-570.

Valdirene Afonso
Chefe do Setor de Fiscalização e Transporte
Portaria 469/2013

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
Emerson Carlos Michelin
Secretário de Planejamento Urbano
Port. 029/2015 de 30/01/2015

Município de Pato Branco
Frederico Dentoria Pimpão
Diretor de Engenharia, Obras e Serviços Públicos
Port. 308/2014

PUBLICAÇÃO DE SUAS ATAS, EDITAIS E BALANÇOS NO TRIBUNA DO PARANÁ.

Divisão de Licitações e Contratos
Prefeitura Municipal de Pato Branco
Sexta Mater

A empresa PJJ Malucelli, CNPJ 82.234.691-0001-52, solicita o comparecimento de seu funcionário Jaime Daniel Cabrera Munoz, CTPS 3219927 SÉRIE 0040-SC, em seu local de trabalho, no prazo de 03 dias horas para retirada da sua carteira de trabalho.

em data a ser marcada pela Comissão.
Mais informações e cópias do Edital poderão ser retiradas, no horário do expediente, de segunda a sexta-feira, das 08h às 11h30min, e das 13h30min às 17h, na Av. Rocha Pombo, 1453, telefone (44-3252 4545), fax 44-3252 4545 –"email" licitacao@novaesperanca.pr.gov.br

Nova Esperança, 30 de julho de 2015.
Gentil Zanusso
Prefeito Municipal

R$ 144,00 - 63711/2015

Nova Santa Bárbara

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL E REABERTURA DE PRAZO
REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015 - SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Bárbara, Estado do Paraná, através do Pregoeiro, designado pela Portaria nº 015/2015, no uso de suas atribuições, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação em epígrafe, a qual tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de relógio ponto biométrico, que foram efetivadas alterações no edital. Face ao exposto, ficam alteradas as seguintes datas:
Recebimento dos envelopes: Até dia 13/08/2015 às 13:30 horas.
Início do Pregão: Dia 13/08/2015 às 14:00 horas.
Preço Máximo: R$ 40.846,52 (quarenta mil, oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos).
Informações Complementares: poderão ser obtidas em horário de expediente na Prefeitura Municipal de Nova Santa Bárbara, sito à Rua Wolfredo Bittencourt de Moraes nº 222, pelo fone: 43-3266-8100, ou por Email: licitacao@nsb.pr.gov.br. Site www.nsb.pr.gov.br

Nova Santa Bárbara, 30/07/2015.
Pablo Henrique Gomes
Pregoeiro
Portaria nº 015/2015

R$ 144,00 - 63530/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 35/2015 - SRP

Objeto: Registro de preços para aquisição de uniformes para os servidores municipais.
Tipo Menor preço, por lote.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 03/08/2015 às 07h59min do dia 13/08/2015.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h00min às 08h59min do dia 13/08/2015.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 13/08/2015, por meio do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) do Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"
Preço Máximo: R$ 19.687,89 (dezenove mil, seiscentos e oitenta e sete reais e oitenta e nove centavos).
Informações Complementares: poderão ser obtidas em horário de expediente na Prefeitura Municipal de Nova Santa Bárbara, sito à Rua Wolfredo Bittencourt de Moraes nº 222, pelo fone 43-3266-8100, ou por E-mail: licitacao@nsb.pr.gov.br

Nova Santa Bárbara, 30/07/2015.
Pablo Henrique Gomes
Pregoeiro
Portaria nº 015/2015

R$ 144,00 - 63682/2015

Paraíso do Norte

MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 140/2015
CONCORRÊNCIA Nº 003/2015
ALIENAÇÃO DE IMÓVEL

O Município de Paraíso do Norte comunica que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA para ALIENAÇÃO DE IMÓVEL, aprovado pela Lei Complementar (Municipal) nº 019/2015, de acordo com os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, tipo MAIOR OFERTA, e que o recebimento dos envelopes A e B, se dará até as 17h do dia 02 de setembro de 2015, na divisão de Compras e Patrimônio da Prefeitura Municipal, objetivando a Alienação de 110 (cento e dez) Imóveis, Programa Minha Casa Minha Vida – Imóveis na Planta. Os imóveis alienados poderão ser transferidos diretamente aos beneficiários que se enquadrarem e que serão atendidos pelo Programa "MINHA CASA MINHA VIDA", independentemente do vencedor do certame de licitação. Este programa tem como agente financeiro a Caixa Caixa Econômica Federal, que fará o pagamento dos imóveis alienados, diretamente para conta específica do Município de Paraíso do Norte. A licitação acontecerá no dia 03 de setembro de 2015 às 14h, no Depa. de Licitação – Divisão de Compras e Patrimônio da Prefeitura Municipal. O edital e os documentos necessários para a participação do referido edital estarão disponíveis aos interessados junto ao Departamento de Licitação – Divisão de Compras e Patrimônio, na Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, Estado do Paraná, sito a Avenida Tapejara nº 88, durante o horário normal de expediente, das 8h às 11h e das 13h às 17h.

Paraíso do Norte, 29 de julho de 2015.

Carlos Alberto Vizzotto
Prefeito Municipal

R$ 218,00 - 63308/2015

Paranaguá

AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2015

OBJETO: Aquisição de MotoBomba e Óleo Náutico Sintético, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral e a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.
TIPO: Menor Preço Total do Lote
VALOR ESTIMADO: R$ 18.038,10 (Dezoito mil, trezentos e trinta e oito reais e dez centavos)
DATA DA ABERTURA: 13/08/2015 HORÁRIO: 09:00H
ENDEREÇO: www.paranagua.pr.gov.br e www.licitacao-e.com.br
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 10.520/2002, LEI Nº 8.666/1993, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 COM AS ALTERAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 843/2008.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS PELO PREGOEIRO, RUA JÚLIA DA COSTA, 322, CENTRO, NO HORÁRIO DAS 08:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 ÀS 18:00H OU PELO TELEFONE Nº (41) 3420-6003.

PARANAGUÁ, 28 DE JULHO DE 2015
RONALD SILVA GONÇALVES
PREGOEIRO

R$ 144,00 - 62885/2015

AVISO DE PRORROGAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUA COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS QUE FICA PRORROGADO O PERÍODO DE INSCRIÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA, PARA A INSCRIÇÃO DE MEMBROS PARA CONSTITUIR A SUBCOMISSÃO TÉCNICA DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, TIPO TÉCNICA E PREÇO, A SER PROMOVIDA PELO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, NOS TERMOS DA LEI ° 12.232/2010. PARA O DIA 30/07/2015 ATÉ 14/08/2015.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS PELA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, RUA JÚLIA DA COSTA, 322, CENTRO, NO HORÁRIO DAS 08:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 ÀS 18:00H OU PELO TELEFONE Nº (41) 3420-6003.

PARANAGUÁ, 28 DE JULHO DE 2015.
SHEILA DA ROSA MARIA
PRESIDENTE DA C.P.L.

R$ 120,00 - 62802/2015

Pato Branco

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

Em atendimento a Lei nº 4.633, de 17 de julho de 2015, que altera dispositivos da Lei nº 3.598, de 26 de maio de 2011, a qual institui a Lei Geral do Transporte Público do Município de Pato Branco, e em cumprimento aos termos do artigo 5º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos, o Município de Pato Branco publica Plano de Investimento para justificar a conveniência da outorga onerosa referente à concessão para a Prestação dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na área do Município de Pato Branco – PR, pelo período de 20 anos, sem prorrogação. Ressalta-se que o Plano de Investimento, é resultado das analises e estudos técnico, desenvolvidos pela empresa Logitrans Logistica Engenharia e Transportes Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.109.474/0001-00, vencedora da Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 14/2014, e pela Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Demais Informações poderão ser obtidas através do telefone (46) 3902-1350 e no E-mail: eleni@patobranco.pr.gov.br, com Afonso. Pato Branco, 28 de julho de 2015.

PLANO DE INVESTIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO ÔNUS DE OUTORGA ONEROSA

Apresentação:

O Município de Pato Branco, por meio das Secretarias de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Planejamento Urbano, pretende desenvolver um plano de investimento na cidade voltado para a melhoria da mobilidade urbana.

Busca-se, com isso, oferecer maior conforto e segurança aos usuários do transporte coletivo e uma gestão mais eficiente dos serviços prestados pela empresa que vier a ser contratada.

Trata-se de uma iniciativa diretamente relacionada à presente concessão integrando, portanto, um conjunto de ações realizadas pelo Município buscando como escopo maior o aprimoramento da prestação de serviços públicos municipais.

Nesse contexto, a receita auferida na outorga da licitação do Transporte Coletivo será investida em obras para a melhoria do próprio sistema, contribuindo para a boa gestão dos recursos públicos. Este plano contém descrição das obras e melhorias almejadas pelo Município, acompanhada dos valores estimados de seu custo.

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 35 Visto
Câmara Mun. de Pato Branco Fls 16 Visto
Município de Pato Branco Fls 191 Visto
Alberto Afonso Chefe da Divisão do Transporte Coletivo Portaria 463/2013
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO Emerson Carlos Michelin Secretário de Planejamento Urbano Por. 035/2015 de 30/01/2015
Município de Pato Bran... Estratégico Demorio Pimpl... Diretor de Engenhari... Diretor de Serviços Públic... Port. 388/2014
Pato Branco Cristiani José Cristiani Diretor de Administração e Finanças Port. 001/2013
Pato Branco Cristina Mattei Licitações

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 36
Câmara Mun. de Pato Branco Fls 17
Município de Pato Branco Fls 19 Visto

Importante frisar que tais obras e seus respectivos valores configuram estimativa cuja confirmação dependerá da criteriosa avaliação das necessidades municipais e da elaboração dos projetos executivos pertinentes. Nesse contexto, sua inclusão se justifica como mecanismo de apresentação à população do planejamento, ainda que indicativo, das ações pretendidas pelo governo.

Construção de abrigos na área central:

Considerando que o sistema de transporte coletivo dispõe da integração temporal e a malha de linhas proporciona a integração em mais de um local, indicado pelo Estudo Técnico Projeto Básico, deverão ser construídos 04 (quatro) abrigos com área de aproximadamente 120m2 (cento e vinte metros quadrados) nos locais definidos no projeto básico. Estes abrigos, considerados locais de integração deverão ter em sua infra-estrutura básica, água, bancos, painéis informativos das Linhas e Horários.

Custo: *R$ 709.548,40 (setecentos e nove mil quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos)* conforme estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Substituição de abrigos na extensão da Av. Tupi:

Considerando a necessidade uma melhor proteção aos usuários contra as intempéries da natureza como chuva, vento e frio, no eixo da Avenida Tupi, onde concentra o maior número de passageiros e linhas, serão substituídos todos os abrigos existentes, em número de 50 (cinquenta) abrigos.

Custo: *R$ 1.197.113,50 (um milhão cento e noventa e sete mil cento e treze reais e cinquenta centavos)*, conforme estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Havendo saldo positivo do valor total arrecadado com a outorga oneroso, poderá ser destinado com a colocação de mais abrigos, além dos previstos neste plano, em locais de necessidade constatada pelo Órgão Gestor. Os abrigos substituídos, retirados, serão alocados conforme constatação de necessidade em locais de embarque e desembarque de passageiros, que ainda não possuem abrigos, com mão de obra e custos arcados pelo Município. Os referidos projetos encontram-se à disposição para consulta na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

R$ 604,00 - 63337/2015

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

O Município de Pato Branco torna público que requereu ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP a Licença Ambiental Simplificada – LAS – para a operação de saibro, na BR 158, proximidades do Trevo da Cottoni, , na cidade de Pato Branco PR

R$ 24,00 - 63640/2015

Pinhais

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS
Secretaria Municipal da Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública nº 007/2015 - Sistema de Registro de Preços

OBJETO: Aquisição e instalação de controladores semafóricos, com prestação de serviços e aquisição de peças para a manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, de todo o parque semafórico do município de Pinhais. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. VALOR MÁXIMO: R$ 400.000,00. ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 03/08/2015, às 09:00 horas. EDITAL: Estará disponível aos interessados, no site http://www.pinhais.pr.gov.br, em "Licitações", do dia 31/07/2015 ao dia 01/08/2015. INFORMAÇÕES: Poderão ser obtidas no sito da prefeitura, ou pelo telefone (041) 3912-5068 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Pinhais, 30/07/2015.

R$ 120,00 - 63742/2015

Piraquara

EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N.º 3/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei n.º 8666/93 e suas alterações, que institui a modalidade Pregão e Decreto n.º 3.931/01, de acordo com o procedimento licitatório e julgamento da proposta apresentada a Tomada de Preços n.º 3/2015 – Processo n.º 11678/2015 – Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de curso pré-vestibular com fornecimento de apostilas para os alunos carentes, residentes no Município; HOMOLOGA o referido processo licitatório, adjudicando seu resultado à empresa;

SOCIEDADE EDUCACIONAL ALLUANT LTDA, CNPJ sob n.º 04.990.629/0001-87, com endereço à Rua São Francisco, n.º 303 – Centro – Curitiba/PR., vencedora dos itens, no valor máximo global de R$ 139.972,00 (Cento e trinta e nove mil, novecentos e setenta e dois reais), Piraquara, 29 de Julho de 2015.

R$ 28,00 - 63483/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2015

Contratantes: Município de Piraquara - Contratada: SOCIEDADE EDUCACIONAL ALLUANT LTDA-EPP - Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de curso pré-vestibular com fornecimento de apostilas para os alunos carentes, residentes no Município - Processo Administrativo nº 11678/2015 – Tomada de Preços nº 3/2015 – Valor Global: R$ 139.972,00 (Cento e trinta e nove mil, novecentos e setenta e dois reais). Prazo de Vigência: 29/07/2015 à 29/04/2016 (9 meses) - Data de Assinatura: 29/07/2015.

R$ 72,00 - 63468/2015

Planalto

##ATO Aviso de Licitação
##TEX Publicação de aviso de edital de licitação
##ASS Marlon Fernando Kuhn
##CAR Prefeito Municipal
##DAT 29/07/2015

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO
"CONCORRÊNCIA" Nº 001/2015

O MUNICIPIO DE PLANALTO-PR., faz saber aos interessados que com base na Lei nº 8.666/93, LC 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/14 e demais legislação aplicável em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis. nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade CONCORRÊNCIA sob nº 001/2015, conforme descrito abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa visando a construção de Espaço Educativo Proinfância, Bairro Esperança, Município de Planalto-Pr.

DATA DA ABERTURA: 02 de setembro de 2015 – às 09:00 horas.

Maiores informações junto ao Departamento de Licitações em horário de expediente.

MARLON FERNANDO KUHN
Prefeito Municipal

R$ 168,00 - 63397/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PLANALTO/PR
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2015

O MUNICIPIO DE PLANALTO, faz saber aos interessados que com base na Lei Federal de nº 10.520 de 17 de julho de 2002; Decreto Municipal nº 2727/2007 de 26/06/2007, e subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/93 e 123/2006 de 14 de dezembro de 2006 e demais legislações aplicáveis em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob nº 048/2015, conforme descrito abaixo:

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) máquina escavadeira hidráulica, destinada a Secretaria de Serviços Rodoviários deste Município de Planalto.

DATA DA ABERTURA: 12 de agosto de 2015 – às 09:00 horas.

Maiores informações junto ao Departamento de Licitações em horário de expediente.

MARLON FERNANDO KUHN
Prefeito Municipal

R$ 144,00 - 63396/2015

Quatiguá

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIGUÁ-ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2015

Objeto: contratação de empresa para execução de obras de implantação de pavimentação em vias públicas urbanas com pedras irregulares (poliedro), no bairro Jardim Cristal (2ª Etapa), neste município, com fornecimento de mão de obra e material.
Tipo: menor preço.
Valor Global: R$ 353.850,00 (trezentos e cinquenta e três mil e oitocentos e cinquenta reais).
Prazo de Execução: 04 (quatro) meses.
Abertura: 19 de agosto de 2015.
Horário: 08h30min.
Local da licitação acima: Sede da Prefeitura Municipal de Quatiguá. Estado do Paraná, na Av. Dr. João Pessoa, nº 1.300, Centro, CEP. 86.450-000.
Aquisição do edital e informações: Sede da Prefeitura Municipal de Quatiguá, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.
Quatiguá-PR, Sala de Licitações, em 30 de julho de 2015.
Gilvan de Oliveira – Presidente da CPL.

R$ 120,00 - 63674/2015

Valdecir Afonso
Chefe da Divisão do Transporte Coletivo
Portaria 463/2013
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
Carlos Wickstein
Secretário de Planejamento Urbano
Port. 036/2015 de 30/01/2015
Município de Pato Branco
Frederico Demarin Pimpão
Secretário de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos
Port. 366/2014
Município de Pato Branco
Izell Cristina Mattei
Divisão de Licitação
Município de Pato Branco
Gabriel José Crestani
Chefe da Administração e Finanças
Port. 001/2013

PDF.js viewer

http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPUISViewer?jornal=3&pagina

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 37

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 18

Município de Pato Branco Fls. 193 Visto

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA BÁRBARA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2015 - SRP

Objeto: Registro de preços para aquisição de uniformes para os servidores municipais.

Tipo Menor preço, por lote.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 03/08/2015 às 07h59min do dia 13/08/2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h00min às 08h59min do dia 13/08/2015

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 13/08/2015, por meio do Sistema de Pregão Eletrônico (Licitações) do Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - Relações".

Prazo Máximo: R$ 19.617,39 (dezenove mil, seiscentos e dezessete e reais e trinta e nove centavos).

Informações Complementares: poderão ser obtidas em horário de expediente na Prefeitura Municipal de Nova Santa Bárbara, sito à Rua Wolfredo Bittencourt de Moraes nº 223, pelo fone 43-3266-8100, ou por E-mail: licitacao@nsb.pr.gov.br

Nova Santa Bárbara, 30 de julho de 2015.
FABIO HENRIQUE GOMES
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 3/2015

Processo Administrativo 134/07/2015

O Município de Paraíso do Norte comunica que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA para ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS, aprovado pela Lei Complementar (Municipal) nº 019/2015, de acordo com os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, do tipo MAIOR OFERTA, e que o recebimento dos envelopes A e B, se dará até as 17h do dia 02 de setembro de 2015, na Divisão de Compras e Patrimônio da Prefeitura Municipal, objetivando a Alienação de 110 (cento e dez) Imóveis, Programa Minha Casa Minha Vida - Imóveis na Planta. Os imóveis alienados poderão ser transferidos diretamente aos beneficiários que se cadastrarem e que forem atendidos pelo Programa "MORAR CASA, MINHA VIDA", independente da vontade do vencedor do certame de licitação. Este programa tem como agente financeiro a Caixa Econômica Federal, que fará o pagamento dos imóveis alienados, diretamente para conta específica do Município de Paraíso do Norte. A licitação acontecerá no dia 03 de setembro de 2015 às 14h, no Dep. de Licitação - Divisão de Compras e Patrimônio da Prefeitura Municipal. O edital e os documentos necessários para a participação do referido edital estarão disponíveis aos interessados junto ao Departamento de Administração Geral - Divisão de Compras e Patrimônio, na Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, Estado do Paraná, sito à Avenida Tapajós nº 88, durante o horário normal de expediente, das 8h às 11h e das 13h às 17h.

Paraíso do Norte, 29 de julho de 2015.
CARLOS ALBERTO VIZZOTTO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

AVISO

Plano de Investimento para utilização do bens de outorga onerosa

Em atendimento a Lei nº 4.633, de 17 de julho de 2015, que altera dispositivos da Lei nº 3.598, de 26 de maio de 2011, a qual institui a Lei Geral do Transporte Público do Município de Pato Branco, e em cumprimento aos termos do Artigo 5º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos, o Município de Pato Branco publica Plano de Investimento para justificar a conveniência da outorga onerosa referente à concessão para a Prestação dos Serviços Públicos do Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na área do Município de Pato Branco - PR, pelo período de 20 anos, sem prorrogação. Ressalta-se que o Plano de Investimento, é resultado dos estudos e estudos técnicos, desenvolvidos pela empresa Logitrans Logística Engenharia e Transportes Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.109.471/0001-00, vencedora da Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 14/2014, e pela Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Demais informações poderão ser obtidas através do telefone (46) 3902-1350 e no E-mail: [illegible]@patobranco.pr.gov.br, com Afonso. Plano de Investimento para utilização do bens de outorga onerosa. Apresentação: O Município de Pato Branco, por meio das Secretarias de Engenharia, Obras e Serviços Públicos e Planejamento Urbano, pretende desenvolver um plano de investimento na cidade voltado para a mobilidade da mobilidade urbana. Dynamos, com isso, oferecer maior conforto e segurança aos usuários do transporte coletivo e uma gestão mais eficiente dos serviços prestados pela empresa que vier a ser contratada.

Trata-se de uma iniciativa diretamente relacionada à presente concorrência, inegando, portanto, um conjunto de ações realizadas pelo Município que tem como escopo maior o aprimoramento da prestação de serviços públicos municipais. Neste contexto, a receita auferida na outorga da licitação do Transporte Coletivo será investida em obras para a melhoria do próprio sistema, contribuindo para a boa gestão dos recursos públicos. Este plano contém descrição das obras e melhorias almejadas pelo Município, acompanhada dos valores estimados de seu custo. Importante frisar que tais obras e seus respectivos valores configuram estimativa cuja confirmação dependerá da criteriosa avaliação das necessidades municipais e da elaboração dos projetos executivos pertinentes. Nesse contexto, sua menção se justifica como mecanismo de apresentação à população do planejamento, ainda que indicativo, das ações pretendidas pelo governo. Construção de abrigos na área central: Considerando que o sistema de transporte coletivo dispõe da integração temporal e a malha de linhas proporciona a integração em mais de um local, indicado pelo Estudo Técnico Projeto Básico, deverão ser construídos 04 (quatro) abrigos com área de aproximadamente 120m2 (cento e vinte metros quadrados) nos locais definidos no projeto básico. Estes abrigos, considerados locais de integração deverão ter em sua infra-estrutura bikes, bank, bancos, painéis informativos das Linhas e Horários. Custo: R$ 709.548,40 (setecentos e sete mil quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos) conforme estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Substituição de abrigos na extensão da Av. Tupi: Considerando a necessidade uma melhor proteção aos usuários contra as intempéries da natureza como chuva, vento e frio, na obra da Avenida Tupi, serão construídos a maior número de passageiros e linhas, serão substituídos todos os abrigos galpeados, um número de 50 (cinquenta) abrigos. Custo: R$ 1.197.135,50 (um milhão cento e noventa e sete mil cento e trinta e cinco reais e cinquenta centavos), conforme estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Havendo saldo positivo do valor total arrecadado com a outorga onerosa, poderá ser destinado com a colocação de mais abrigos, além dos previstos neste plano, em locais de necessidade constatada pelo Órgão Gestor. Os abrigos substituídos, retirados, serão alocados conforme constatado da necessidade em locais de embarques e desembarques de passageiros, que ainda não possuem abrigos, com mão de obra e custos arcados pelo Município. Os referidos projetos encontram-se à disposição para consulta na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Pato Branco, 24 de julho de 2015.
VANDERLEI JOSÉ CRESTANI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

Processo Licitatório nº 37/2015

O Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, torna público a realização de licitação objetivando a aquisição de 02 (dois) caminhões novos, zero km, equipados com caçamba basculante, destinados ao atendimento do "Projeto de Aquisição de Patrulha Mecanizada", objeto do Convênio nº. 802400/2014, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e a Prefeitura Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo V e demais características mínimas exigidas constantes no Anexo XII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, partes integrantes deste Edital. Os envelopes de nº 01 - Proposta Comercial e nº 02 - Habilitação, deverão ser entregues até às 09h00min do dia 14/08/2015 e a Sessão Pública de licitação, com a competente abertura dos envelopes de Preço e Habilitação, terá início às 09h30min, do mesmo dia (horário local). Edital disponível: Rua Rui Barbosa, 264 - Paulo Frontin - PR, dias úteis das 08h00min às 17h00min. Informações: Fone (42)3543-1210. E-mail: licitacao@paulofrontin.pr.gov.br Site: WWW.paulofrontin.pr.gov.br.

Paulo Frontin - PR 24 de julho de 2015.
JAMIL PECH
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Edital nº 37/2015

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Pinhalão, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 41/2015, de 16/01/2015, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 13/08/2015, às 08:30 horas, no endereço, RUA DOMINGOS CALIXTO, 433, PINHALÃO-PR, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 37/2015-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Informamos que o Integra do Edital poderá ser solicitada através do email: licitacao@pinhalao.pr.gov.br.

Objeto da Licitação:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cursos, oficinas e palestras na área de estética, incluindo especificação constante no edital.

Critério de Julgamento - Menor Preço POR ITEM.

Pinhalão, 30 de julho de 2015.
RODRIGO BALDIM
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº. 034/2013-FMDS

Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAQUARA/Contratado: CASAAL CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na Rua Fernando Simas, 1222 - Merces - Curitiba-PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 77.578.617/0001-70. Objeto: O presente termo tem por objeto a RESCISÃO AMIGÁVEL do Contrato firmado entre as partes em 19/12/2013, nos termos previstos em sua Cláusula Décima Quinta, § 1º, Inciso II. Fundamento Legal: O presente termo de rescisão amigável encontra-se no interesse e conveniência da Administração Pública e encontra suporte legal no Art. 79, inciso II e § 1º da Lei nº. 8666/93. Data da assinatura: 20 de julho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 1/2015

O MUNICÍPIO DE PLANALTO-PR., faz saber aos interessados que com base na Lei nº 8.666/93, LC: 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/14 e demais legislação aplicável em vez pede não a Praça São Francisco de Assis, nº 1135, fará realizar Licitação na Modalidade CONCORRÊNCIA sob nº 001/2015, conforme descrito abaixo:

OBJETO. Contratação de empresa visando a construção de Espaço Educativo Profissional, Bairro Esperança, Município de Planalto-Pr.

DATA DA ABERTURA: 02 de setembro de 2015 - às 09:00 horas.

Maiores informações junto ao Departamento de Licitações em horário de expediente.

Em 29 de julho de 2015.
MARLON FERNANDO KUHN
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2015

Em 17 de agosto de 2015, às 13h30min, a Prefeitura de Ponta Grossa/PR, realizará na sua sede, à Av. Visconde de Taunay, nº 950, 2º andar, licitação cujo objeto é a execução de obras de reforma da Unidade de Saúde Dr. Luiz Fernando Cajado de Oliveira Braga, situada na Rua Brasílio Itiberê, ao lado do nº 111, Jardim Cívico Rui, Bairro Piriquitos Valor Máximo: R$ 153.903,84 (cento e cinquenta e quatro mil novecentos e dois reais e quatro centavos). Dotação: 03021030155112324690S1, códigos reduzidos 5720/5721.

Informações serão fornecidas das 12h às 18h na sede da prefeitura, ou pelo fax 42-3901-1533, fone: 42-3220-1102, ou ainda através do link http://www.pontagrossa.pr.gov.br/licitacoes.

Em 30 de julho de 2015.
CIRO MACEDO RIBAS JÚNIOR
Secretário Municipal de Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIGUÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

Processo Administrativo nº 54/2015

Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de tricíclos pata-oca.

Tipo: Menor preço.

Valor Global: R$ 125.302,50 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e dois reais e cinquenta centavos).

Credenciamento: 13/08/2015 das 08h00min às 08h30min.

Abertura: Após credenciamento.

Retirada do edital através do site: www.quatigua.pr.gov.br, ou através do e-mail: licitacao@quatigua.pr.gov.br.

Quatiguá-PR, 29 de julho de 2015.
GILVAN DE OLIVEIRA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 51/2015 PREGÃO PRESENCIAL SRP - MENOR PREÇO

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:

OBJETO. Registro de preços para contratação de empresa prestadora de serviço de realização de exames especializados e de apoio diagnóstico, conforme especificações contidas no Anexo I e Anexo II do referido Edital.

MODALIDADE / TIPO: Pregão Presencial SRP/Menor Preço

ENTREGA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: até 13 de Agosto de 2015 às 09h30min.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032015073100199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
Emerson Carlos Michelin
Secretário de Planejamento Urbano
Port. 036/2015 de 20/01/2015

Município de Pato Branco
Frederico Demarlo Pimpão
Secretário de Engenharia, Obras e Serviços Públicos
Port.368/2014

Município de Pato Branco
Vanderlei José Crestani
Gestão da Administração e Finanças
Port 001/2013

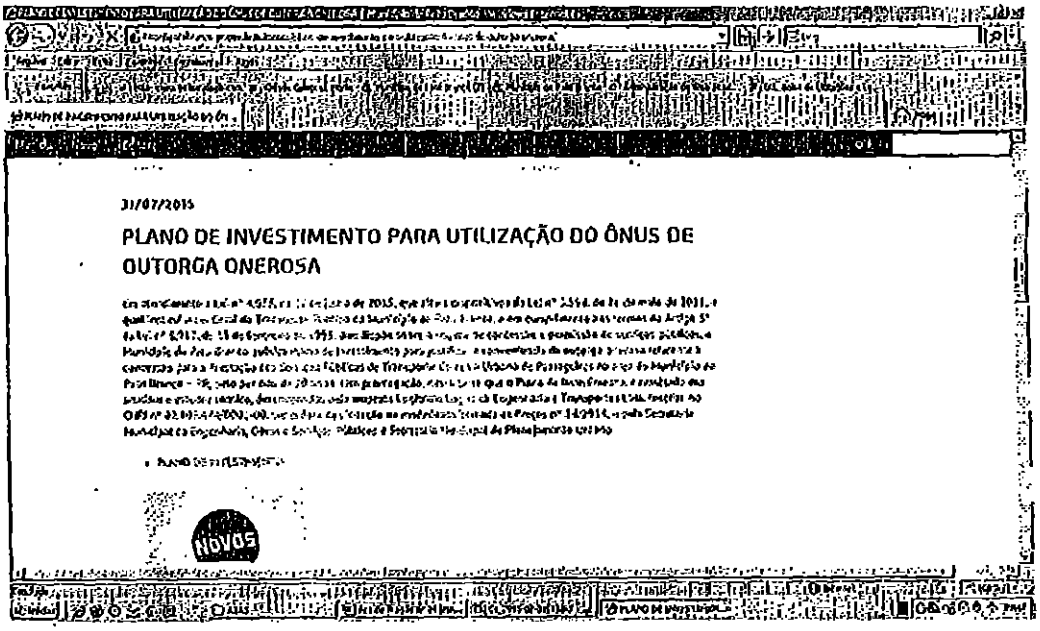
Município de Pato Branco
Rizeli Cristina Mattei
Divisão de Licitação

Valdeci Afonso
Chefe da Divisão do Transporte Coletivo
Portaria 463/2013

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 38
Visto

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 19
Visto

Município de Pato Branco
Fls 194 Visto



31/07/2015

PLANO DE INVESTIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO ÔNUS DE OUTORGA ONEROSA

NOVOS

Município de Pato Branco
Emerson Carlos Michelin
Secretário de Planejamento Urbano
Port. 036/2015 de 30/01/2015

Município de Pato Branco
Frederico Demario Pimpão
Secretário de Engenharia, Obras e Serviços Públicos
Port.368/2014

Município de Pato Branco
Valdeci Josè Cresiani
Diretor de Administração e Finanças
Port. 001/2013

Município de Pato Branco
Vizeli Cristina Mattei
Divisão de Licitação

Valdeci Afonso
Chefe da Divisão do
Transporte Coletivo
Portaria 463/2013

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 39 Visto
Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 30 Visto
Município de Pato Branco Fls. 736 Visto

5 - PRAZO DA CONCESSÃO

5.1 - O prazo da concessão será de 20 anos, contados da data de início da operação dos serviços, sem prorrogação.

5.2 - O prazo para início da operação do serviço será de até 120 (cento e vinte) dias contados a partir da assinatura do contrato, observadas as condições do Edital e seus anexos.

5.3 - O início da operação dar-se-á após a emissão da *Ordem de Serviço*, mediante o cumprimento de todas as obrigações previstas neste Edital e seus anexos, observadas as disposições referentes as vistorias necessárias.

5.4 - Para o início da operação, a Concessionária deverá dispor de todos os recursos humanos, infraestrutura, garagem, veículos, bens, equipamentos, *hardware e software* de Sistema de Bilhetagem Eletrônica e Sistema de Vigilância e Monitoramento de Frota, devidamente instalados em seus ônibus e garagem, atendendo a todas as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

6 - VALOR MÁXIMO DA TARIFA PROPOSTA

6.1 - O valor máximo da tarifa proposta admitida será de *R$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos)*, com referência ao mês de julho de 2015.

7 - VALOR MÍNIMO DA OUTORGA

7.1 - O valor mínimo da oferta pela outorga da concessão admitida será de *R$ 1.906.683,90 (um milhão, novecentos e seis mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa centavos)*, cujo montante será aplicado conforme previsto no Plano de Investimento.

7.2 - O valor correspondente a outorga proposta, observado o mínimo estabelecido no item anterior, deverá estar contemplado no fluxo de caixa apresentado pela proponente.

7.3 - O pagamento do valor da outorga deverá ser feito pela adjudicatária, em parcela única, e estar devidamente compensado e liberado quando da assinatura do contrato.

7.4 - O não pagamento do valor referente à outorga ensejará a decadência do direito da adjudicatária de contratar o objeto da presente licitação com a conseqüente punição prevista neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.

8 - REMUNERAÇÃO DA CONCESSÃO

8.1 - As receitas necessárias para remunerar os encargos da concessão e a Concessionária advirão exclusivamente da cobrança de tarifa.

8.2 - Não constitui receita da Concessionária o uso de espaços destinados para publicidade dos veículos da frota, os quais serão utilizados exclusivamente pelo Município para fins de publicidade institucional.

8.3 - As isenções parciais e as gratuidades do pagamento do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Pato Branco - PR, são aquelas previstas na legislação vigente.

8.4 - Novas gratuidades, abatimentos ou outros benefícios tarifários somente serão concedidos, ao longo da concessão, com a indicação da fonte dos recursos financeiros compensatórios, de forma a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 40 Visto

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 21 Visto

Município de Pato Branco Fls 222 Visto

PREFEITURA DE
PATO BRANCO
ESTADO DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

AVISO DE SUSPENSÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 31/2015

O Município de Pato Branco - PR, através do seu Prefeito, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados, no Processo de Licitação na modalidade Concorrência nº 31/2015, que tem por objeto a outorga de Concessão para prestação e exploração do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Pato Branco - PR, que o processo licitatório encontra-se suspenso, em razão da decisão proferida pela Juíza Relatora Cristiane Santos Leite, nos Autos nº 0003085-12.2016.8.16.0131.

Pato Branco, 19 de maio de 2016.

AUGUSTINHO ZUCCHI
PREFEITO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 41 Visto

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 22 Visto

Município de Pato Branco Fls 2222 Visto

I - Relatório:

Trata-se de Agravo Interno interposto por Transportes Coletivos LP Ltda. contra decisão liminar proferida por esta Relatora às fls. 3667/3673-TJ, a qual indeferiu a concessão do efeito suspensivo pleiteado.

O agravante reitera as razões anteriormente arguidas, aduzindo, em síntese:

a) Houve o direcionamento do edital de licitação para beneficiar a habilitação do Consórcio Tupã no decorrer do processo licitatório, nos seguintes momentos: - alteração na qualificação técnica do Edital para retirar os termos "urbano" e "em linhas urbanas" do item 20.4.2, que tratava da qualificação técnica necessária para habilitação. Contudo, duas das empresas componentes do Consórcio (Viação Pato Branco Ltda. e Cattani Sul Transportes Ltda.) não possuem atestado de capacidade técnica apto a comprovar a prestação de serviço público de transporte Agravo nº 1.534.443-1/01 fls. 2

coletivo urbano, de forma que caso a Comissão de Licitação não houvesse suprimido os termos citados, o Consórcio estaria inabilitado.

- alteração na fórmula de endividamento que dobrou o grau de endividamento a ser apresentado na fase de habilitação de 0,50 para 1,00 (item 20.5.6 do Edital) sem qualquer justificação. Sem essa alteração o consórcio Tupã estaria inabilitado.

- exclusão dos índices de Liquidez Corrente e Liquidez Geral do item 20.5.6 sem nenhuma justificativa e que seriam necessários para apresentação na fase de habilitação.

b) Inexequibilidade econômico-financeira do serviço de transporte coletivo de Pato Branco nos termos exigidos pelo Edital, com base nos seguintes fatos: - utilização de 02 (duas) casas decimais, após a vírgula e a possível desclassificação da proposta mais vantajosa (item 22.1.4) - utilização de parâmetros de valor de insumos equivocados.

- tarifa atualizada pela Câmara Técnica do Município de Pato Branco que define o valor da tarifa em R$ 3,01, ou seja, muito superior à proposta pelo Edital e que evidencia a possível inexequibilidade do serviço.

- ilegalidade do projeto básico em relação ao art. 55, inciso I, da Lei nº 3.598/2011.

- não especificação dos bens reversíveis, o que vincula a proposta econômico-financeira, pois não se pode fazer um estudo de viabilidade econômico-financeira com base em tantos itens que podem ser tidos como reversíveis.

- anexação de planilha de estudo e de amortização dos valores de outorga durante os 20 (vinte) anos sem a republicação do Edital, o Agravo nº 1.534.443-1/01 fls. 3

que afronta o art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93.

c) Irregularidade nos documentos de habilitação apresentados pelo Consórcio Tupã durante a fase de habilitação das empresas, com base nos seguintes fatos: - apresentação de atestado de visita técnica e relação explícita de atendimento às especificações técnicas que não foram requeridos pelo edital e

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 42 Visto

Câmara Mun. de P Fls 23 Visto

Município de Pato Branco Fls 222 Visto

que ofendem a isonomia da concorrência.
- declarações de regularidade prestadas por consórcio ainda inexistente.
- indícios de não recolhimento de ISS por parte da empresa líde do consórcio Transangelo Transportes Coletivos Ltda.
- balanço patrimonial de 2 empresas integrantes do Consórcio em desconformidade com o Edital - item 2.5.4.
- ausência dos índices de liquidez geral e corrente.
- certidão de tributos não disponíveis no site da Receita Federal em nome da empresa Cattani Sul Transportes Ltda., o que indica possível descumprimento do Edital.

Argumenta, ainda, que embora a decisão liminar tenha considerado que as erratas feitas durante o processo de licitação foram devidamente justificadas, mostra-se ilegal a exclusão de índices, dobra de endividamento e alteração na qualificação técnica que não possuam justificação e estudo prévio.

Sustenta não haver dano inverso em caso de concessão do efeito suspensivo a fim de suspender o procedimento, pois as atuais prestadoras do serviço público de transporte coletivo em Pato Branco são a própria agravante e a empresa líder do Consórcio Tupã (Transangelo), de onde de verifica que a suspensão da

licitação nada mais faz do que manter a atual situação do serviço de Pato Branco, que em nada será prejudicado durante este processo licitatório.

Requer a reconsideração da decisão liminar que indeferiu o pedido de suspensão do Processo Licitatório no Agravo de Instrumento e, caso não seja reconsiderada, que seja levada a julgamento pelo órgão colegiado.

Pleiteia, por fim, a concessão da tutela de urgência, para o fim de suspender o processo licitatório até que seja analisado o pedido de reconsideração.

É a breve exposição.

II - Decido:

O artigo 1.021 do Código de Processo Civil autoriza a interposição de agravo interno para o respectivo órgão colegiado contra decisão proferida pelo relator.

O parágrafo 1º do citado artigo, estabelece que o agravado deve ser intimado para se manifestar sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual, não havendo retratação, o relator levará o recurso a julgamento pelo órgão colegiado.

No caso dos autos, em razão de ter havido pedido de tutela de urgência, primeiramente, analisarei a questão e, oportunamente, concederei prazo à manifestação da parte agravada.

Segundo o disposto no artigo 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Em melhor análise das razões esposadas pelo agravado, entendo que a liminar anteriormente concedida não merece ser confirmada, ao menos por ora, em

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 43 Visto
Câmara Mun. de P Fls 24 Visto
Município de Pato Branco Fls. 224 visto

sede de análise sumária, eis que os requisitos autorizadores da tutela de urgência mostram-se presentes, conforme passo a explicar.

O agravante insurge-se contra o procedimento licitatório nº 159/2015 arguindo inúmeras ilegalidades praticadas pelo agravado, dentre elas, as alterações realizadas pela Comissão de Licitação em pontos específicos do Edital que denotam o favorecimento de determinado Consórcio a fim de beneficiar sua habilitação, bem como a inexequibilidade econômico-financeira do serviço e supostas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados pelo Consórcio Tupã.

Compulsando os autos, nota-se que parte das questões apontadas pelo agravante, por serem de maior complexidade, necessitariam de uma análise mais apurada, inclusive, com perícia técnica. Entretanto, as alterações realizadas pela Comissão de Licitação ao longo do procedimento revelam possível prejuízo ao agravado.

O primeiro indício de possível direcionamento do edital, pode ser observado através da Errata nº 1 (fl. 1751-TJ), a qual determinou a retirada dos termos "urbanos" e "em linhas urbanas" das exigências de qualificação técnica para habilitação das empresas concorrentes (item 20.4.2 do Edital). A princípio, caso os termos não tivessem sido suprimidos, o Consórcio Tupã estaria inabilitado, pois não

cumpriria com tal exigência.

A Errata nº 2, publicada pela Comissão de Licitação (fls. 1790/1792) dobrou o valor do endividamento geral, que era de 0,5 (valor máximo) e passou para 1,00 (item 20.5.6 Edital), com a justificativa de que "os índices se mostraram inviáveis e desproporcionais a um investimento de longo prazo". Ocorre que, ao que as documentações indicam, o novo índice seria o único capaz de habilitar o consórcio Tupã.

Assim, através dos indícios apresentados, é possível vislumbrar a verossimilhança das alegações do agravante, ante as possíveis violações à Lei 8.666/93, que regula todo o procedimento licitatório.

Não se olvida que a análise pormenorizada de todos os pontos elencados pelo agravante será analisada após a manifestação da parte contrária, para melhor apreciação do conjunto probatório. Contudo, a análise até aqui realizada, denota a probabilidade do direito do agravante, bem como o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, razão pela qual entendo pertinente revogar a liminar anteriormente concedida para conceder a tutela de urgência pleiteada.

III. Ante o exposto, recebo o recurso para regular processamento, e concedo a tutela de urgência a fim de suspender o processo licitatório até julgamento do presente recurso pelo colegiado.

IV. Nesta data, comuniquel o Juízo a quo sobre os termos da presente decisão.

V. Intime-se o agravado para que no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste sobre o agravo interno, nos termos do art. 1.021, §2º.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 44
Visto

Câmara Mun. de
Fls. 85
Visto

Município de Pato Branco
Fls. 2225 Visto

Curitiba, 16 de maio de 2.016.
Juíza CRISTIANE SANTOS LEITE Relatora

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 45 Visto

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 86 Visto

Município de Pato Branco Fls 2226 Visto

PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA
ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA – ESTADO DO PARANÁ AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. O Município de Honório Serpa – PR, avisa aos interessados que irá realizar licitação no dia 06/06/2016, às 09hs, na Sala de Licitações, sito à Rua Elpídio dos Santos, 311 – Honório Serpa – Pr, na modalidade de Pregão Presencial, objetivando "Contratação de empresa para o fornecimento de materiais e mão de obra para realizações de melhorias na rede elétrica da Escola Professora Maria Francisca dos Santos, bem como fornecimento de material e mão de obra para instalação de ar condicionados", nas quantidades e especificações descritas no Termo de Referência anexo "I" do edital. OBS: O edital encontra-se à disposição no edifício da Prefeitura Municipal de Honório Serpa, no endereço acima mencionado, no período das 08hs às 11h30 e das 13h30min às 17h00min, em dias úteis. Honório Serpa, 19 de Maio de 2016. EMANUEL ARON DOS SANTOS, Pregoeiro.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato de Contrato Nº 1901/2016

Contratante: Município de Itapejara D'Oeste - PR

Contratado: [illegible] Ltda – Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [illegible] – 10.

Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de peças e prestação de serviços de mecânica para substituição de peças, consertos e reparos em veículos e ônibus escolares integrantes da frota municipal, conforme Edital de Pregão Presencial Nº 014/2016.

Valor do Contrato: R$ 84.101,20 (Oitenta e oito mil, cento e um reais e vinte centavos).

Vigência do Contrato: De 19 (dezenove) de Maio de 2016 à 31 (trinta e um) de Dezembro de 2016.

Data do Contrato: 19 (dezenove) de Maio de 2016.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato de Contrato Nº 1902/2016

Contratante: Município de Itapejara D'Oeste - PR

Contratado: Rodimil Ononte & Cia Ltda - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [illegible] - 63.

Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de peças e prestação de serviços de mecânica para substituição de peças, consertos e reparos em veículos e ônibus escolares integrantes da frota municipal, conforme Edital de Pregão Presencial Nº 014/2016.

Valor do Contrato: R$ 41.133,20 (Quarenta e um mil, cento e trinta e três reais e vinte centavos)

Vigência do Contrato: De 19 (dezenove) de Maio de 2016 à 31 (trinta e um) de Dezembro de 2016.

Data do Contrato: 19 (dezenove) de Maio de 2016.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
[illegible] – Parque Tecnológico
CEP 85504-[illegible]
Fone: [illegible] – www.[illegible]

ITECPB

EDITAL CONVOCAÇÃO PARA PROCESSO DE INCUBAÇÃO 01/2016

O Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, no uso de suas atribuições torna público o resultado do processo de incubação, conforme edital 01/2016.

Os candidatos SELECIONADOS deverão comparecer à Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação no prazo de 30 (trinta) dias para estabelecimento de cronograma e instalação da [illegible].

Projetos selecionados:

[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible] soluções em negócios de TI
[illegible]

Pato Branco, 11 de maio de 2016.

[illegible]
Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA DO OESTE - PR
DECRETO Nº [illegible]
DATA: [illegible]
SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar, [illegible]

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, [illegible]

DECRETA:

Art. 1º - [illegible]

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	TOTAL		[illegible]

Art. 2º - [illegible]

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	TOTAL		[illegible]

Art. 3º - [illegible]

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

[illegible] maio de 2016.

[illegible]
Prefeito Municipal

[illegible]
Dir. Depto de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº [illegible]
REGISTRO DE PREÇOS Nº [illegible]

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES
(De [illegible] à [illegible])
CONTRATADA: [illegible] INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA
CNPJ: [illegible]

Objeto: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para [illegible], que serão instalados nas escolas e praças do Município de Bom Sucesso do Sul, de acordo com as quantidades e especificações do Termo de Referência, [illegible] do Edital de Pregão Presencial nº [illegible], que faz parte do presente [illegible].

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	QUANT.	UN.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R$)
01	[illegible]	1.100	M²	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Bom Sucesso do Sul, [illegible] de 2016.

[illegible]
Chefe da Divisão de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº [illegible]
REGISTRO DE PREÇOS Nº [illegible]
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES
(De [illegible] à [illegible])
CONTRATADA: ART GRAMA REVESTIMENTOS SINTÉTICOS LTDA ME
CNPJ: [illegible]

Objeto: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para [illegible], que serão instalados nas escolas e praças do Município de Bom Sucesso do Sul, de acordo com as quantidades e especificações do Termo de Referência, [illegible] do Edital de Pregão Presencial nº 09/2016, que faz parte do presente [illegible].

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	QUANT.	UN.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R$)
01	[illegible]	[illegible]	M²	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]					

Bom Sucesso do Sul, [illegible] de 2016.

[illegible]
Chefe da Divisão de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO
Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 63/2016

O Município de São João – Paraná, torna público, que no dia 03 de junho de 2016, às 09:00 horas, na Secretaria Municipal de Administração, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial nº 63/2016, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada em serviço de vigilância ostensiva desarmada, autorizada pela Polícia Federal, para segurança das festividades da Fogueira 2016, no Município de São João-PR, a se realizar nos dias 23, 24 e 25, de junho de 2016, de acordo com as especificações constantes no edital e Termo de Referência – Anexo I do Edital. Cópia do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria de Compras de Licitação ou pelo fone/fax: 46- 3533.8300 ou e-mail: [illegible], São João, 18 de maio de 2016. Altair José Gasparetto - Prefeito Municipal de São João.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO nº 64/2016

O Município de São João – Paraná, torna público, que no dia 06 de junho de 2016, às 09:00 horas, na Secretaria Municipal de Administração, estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 64/2016, que tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo automotor, zero quilômetro, tipo van, ano/modelo 2016, para atendimento da Secretaria de Saúde do Município de São João-PR, de acordo com as especificações constantes no edital e Termo de Referência – Anexo I do Edital. Recebimento das propostas: a partir das 09:00 horas do dia 23 de maio de 2016. Abertura das propostas: a partir das 09:00 horas do dia 06 de junho de 2016. Recebimento dos lances: a partir das 10:00 horas do dia 06 de junho de 2016. Cópia do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria de Compras de Licitação ou pelo fone/fax: 46- 3533.8300 ou e-mail: [illegible], ou através do site: www.[illegible], São João, 18 de maio de 2016 Altair José Gasparetto - Prefeito Municipal de São João.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO nº 65/2016

O Município de São João – Paraná, torna público, que no dia 06 de junho de 2016, às 11:00 horas, na Secretaria Municipal de Administração, estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 65/2016, que tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo automotor, zero quilômetro, tipo [illegible], ano/modelo 2016, para atendimento da Secretaria de Saúde do Município de São João-PR, de acordo com as especificações constantes no edital e Termo de Referência – Anexo I do Edital. Recebimento das propostas: a partir das 09:00 horas do dia 23 de maio de 2016. Abertura das propostas: a partir das 11:00 horas do dia 06 de junho de 2016. Recebimento dos [illegible] junho de 2016. Cópia do Edital [illegible] na Secretaria de Compras de Licitação [illegible] e-mail: [illegible], [illegible] São João, 18 de maio de 2016. Altair José Gasparetto - Prefeito Municipal de São João.

PUBLICADO

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
AVISO DE SUSPENSÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 31/2015

O Município de Pato Branco - PR, através do seu Prefeito, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados no Processo de Licitação na modalidade Concorrência nº 31/2015, que tem por objeto a outorga de Concessão para prestação e exploração do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Pato Branco - PR, que o presente Edital se encontra suspenso, em razão de decisão proferida pelo Juiz [illegible], nos Autos nº [illegible]. Pato Branco, 19 de maio de 2016. AUGUSTINHO ZUCCHI - PREFEITO.

Município de Dois Vizinhos

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos Aditivos.
Nº [illegible]/2016

Termo Aditivo nº [illegible]/2016, [illegible] & Cia Ltda - ME, CNPJ sob o nº 07.[illegible]-48.
Ata nº 138/2016, [illegible] Comércio de Medicamentos Ltda - EPP, CNPJ sob o nº 03.477.[illegible]-32.
Ata nº 148/2016, [illegible] Comércio de Medicamentos Ltda - EPP, CNPJ sob o nº 03.477.[illegible]-32.
Ata nº 154/2016, [illegible] Ltda - ME, CNPJ sob o nº 17.[illegible]/0001-12.
Raul Camilo Isotton
Prefeito
OBS. Estes documentos estão disponíveis na íntegra no Diário Oficial Eletrônico - site www.doisvizinhos.pr.gov.br

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SRP - SISTEMA DE REGISTROS DE PREÇOS
PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016

O Município de Dois Vizinhos, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base no Art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº [illegible], torna público o REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PEDRAS IRREGULARES PARA CALÇAMENTO - EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA, através da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Presencial nº 017/2016 com duração de 12 (doze) meses.

ATA	EMPRESA DETENTORA	CNPJ Nº
129	COMÉRCIO DE PEDRAS [illegible] LTDA - ME	07.[illegible]-40

Os preços registrados poderão ser consultados na íntegra junto ao endereço eletrônico www.doisvizinhos.pr.gov.br na aba Transparência/Licitações.
Dois Vizinhos, 23 de maio de 2016.
Raul Camilo Isotton
Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SRP - SISTEMA DE REGISTROS DE PREÇOS
PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016

O Município de Dois Vizinhos, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base no Art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº [illegible], torna público o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO [illegible] PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA, através da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Presencial nº 012/2016, com duração de 12 (doze) meses.

ATA	EMPRESA DETENTORA	CNPJ Nº
028	CHURRASCARIA SABORES DO SUL LTDA - ME	[illegible]-64

Os preços registrados poderão ser consultados na íntegra junto ao endereço eletrônico www.doisvizinhos.pr.gov.br na aba SRP – Atas de Registro de Preços.
Dois Vizinhos, 23 de maio de 2016.
Raul Camilo Isotton
Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SRP - SISTEMA DE REGISTROS DE PREÇOS
PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016

O Município de Dois Vizinhos, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base no Art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº [illegible], torna público o REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS, CONSERTO E AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS RODOVIÁRIAS DA FROTA MUNICIPAL - EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA, através da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Presencial nº 011/2016 com duração de 12 (doze) meses.

ATA	EMPRESA DETENTORA	CNPJ Nº
027	[illegible] COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA - ME	02.[illegible]-74
028	[illegible] LTDA - ME	02.[illegible]-48

Os preços registrados poderão ser consultados na íntegra junto ao endereço eletrônico www.doisvizinhos.pr.gov.br na aba SRP – Atas de Registro de Preços.
Dois Vizinhos, 22 de maio de 2016.
Raul Camilo Isotton
Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SRP - SISTEMA DE REGISTROS DE PREÇOS
PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

O Município de Dois Vizinhos, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base no Art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº [illegible], torna público o REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL FARMACOLÓGICO E MÉDICO HOSPITALAR PARA DISTRIBUIÇÃO JUNTO À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS - EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA, através da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Presencial nº 001/2016 com duração de 12 (doze) meses.

ATA	EMPRESA DETENTORA	CNPJ Nº
[illegible]	[illegible] MEDICAMENTOS LTDA - ME	[illegible]
[illegible]	[illegible] COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	[illegible]
[illegible]	[illegible] LTDA - ME	[illegible]
[illegible]	[illegible] DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	[illegible]
[illegible]	[illegible] - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	[illegible]
[illegible]	[illegible] HOSPITALAR LTDA - EPP	[illegible]
[illegible]	[illegible] LTDA - ME	[illegible]
[illegible]	[illegible] LTDA - EPP	[illegible]

Os preços registrados poderão ser consultados na íntegra junto ao endereço eletrônico www.doisvizinhos.pr.gov.br na aba SRP – Atas de Registro de Preços.
Dois Vizinhos, 23 de maio de 2016.
Raul Camilo Isotton
Prefeito

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO 093/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 052/2016
Regido pela Lei nº 10.520/02 e pela Lei nº 8.666/93

OBJETO: Registro de Preços de para aquisição futura de exames de [illegible], ressonância, ultrassonografia e tomografia, a serem realizados no local da contratada, conforme especificações, condições, valores e estimativas de consumo constantes no Anexo I e demais anexos do edital e seus anexos, e para fornecimento de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

ABERTURA: Dia 03 de junho de 2016, às 09:00 horas.

INFORMAÇÕES REFERENTE AO EDITAL: Na Secretaria de Administração – Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, à Rua Frei Vitor Bonchelli, 308 – Centro - Saudade do Iguaçu-Pr, telefone No (046) 3246-1166 ou pelo site: http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/[illegible]

Saudade do Iguaçu - PR, 19 de maio de 2016.
MAURO CESAR CENCI
Prefeito Municipal

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 46 Visto

Câmara Mun. de P. Fls 27 Visto

Município de Pato Branco Fls 2227 Visto

Diário Oficial dos Municípios
do Sudoeste do Paraná–DIOEMS

Sexta-Feira, 20 de Maio de 2016 | Instituído pela Resolução 001 de 01 de Outubro de 2011 | Ano V – Edição Nº 1106

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

PUBLICADO

AVISO DE SUSPENSÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2015

O Município de Pato Branco-PR, através do seu Prefeito, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados, no Processo de Licitação na modalidade Concorrência nº 01/2015, que tem por objeto a outorga de Concessão para prestação e exploração do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Pato Branco-PR, que o processo licitatório encontra-se suspenso, em razão da decisão proferida pela Juíza Relatora Cristiane Santos Leite, nos Autos nº 0003085-12.2016.8.16.0131. Pato Branco, 19 de maio de 2016. AUGUSTINHO ZUCCHI–PREFEITO.

Comissão

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 42
Visto

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 28
Visto

Fls 48
Visto

oportunidades

oportunidades

diversões

FRETES PEQUENOS
Pick up Ford para Cba, Litoral, Regiões Metropolitanas e demais cidades. Empresas e particular. Sábados, Domingos e Feriados. Ajuda a descarregar.
(41) 9 9778-5815 / 8117-1933

FRETES PEQUENOS
Pick up Ford para Cba, Litoral, Regiões Metropolitanas e demais cidades. Empresas e particular. Sábados, Domingos e Feriados. Ajuda a descarregar.
(41) 9 9778-5815 / 8117-1933

negócios

LOTÉRICAS
LOTÉRICA VELHO Sm Americana/PR lo terreno. Ótima oportunidade para ponto de pagamento. Tratar Alessandra
41 9978-9933



massagem

massagistas

ABELLA MASSOTERAPIA
promoção de março, com novidades. Liberdade e flexibilidade de horários, de 8 às 19hs, e sábado das 09 às 15hrs. Local reservado. Descontos.
(41) 9 9150-3158/8592-0773

AFRODITE
massagens, drenagem linfática, pós. RX, Kennedy, 27 Patrícia Ferreri e Vânia massagistas, atendo no portão, todos quatro lados 24 h. 09 de março. Local discreto, garagem fechada, 24 h. privado, 09 as 20 hs

(41) 9973-9545/3038-3396

ALEXIA
rua, Gold, 880, , disponibilidades no bloco 1 e 2 das 09:00 às 19:00. Localização local com estacionamento. Aceito cartão de crédito 3305-7700

9983-8183/8801-8315

ALICINHA
no centro, com mais de 6 massagistas, venha sempre e seja bem. Atendemos na Rua do Rosário nº 16 esq. Dr. de segunda a sábado, das 09 às 19 horas
(41) 9713-7018

3226-2473/3223-8237

ALINE MASSAGENS
com profissionais experientes e qualificadas para você ser de beleza, localizado no centro. Com Carol, Vanessa e Vânia, a outra da Bahia da massagem. Ligue!

(41) 9349-2357/2057-9306

ANA PAULA
e mais 05 massagistas, com massagem relaxante e ervas sabor especial para você. Rua da Nova e venha nos conhecer. Local discreto e com garagem, das 10 às 20hrs, aceitamos cartões

(41) 9926-8189

ANGEL MASSAGENS
com Bella Sul, Av. Vicente Machado (41) 3019-2700. Toda nossa bela (massagem relaxante e desportiva). Acompanhe com toda informação, equipe de massagistas profissionais. Av. Vicente Machado, 317 ao lado do Shopping Total. Aceitamos cartões

(41) 3018-2180

ANNA MASSAGENS
RUA DO PORTÃO. Rua Dr. Pedro Ferreira, nº 810 ao lado do Bl. Vilas massagistas, ótimo local e estacionamento, atendimento das 09 às 21horas, venha conhecer.

(41) 3254-2454

ARIANA RECLUSA
massagistas profissionais, aqui você encontra tranquilo vc, apoio à Lua e excelente atendimento. Local privado com estacionamento, 09 as 18hrs. Sábado 10hs, Uberaba

(41) 9783-8992/3512-2166

CARLA MASSAGENS
do Corpo Para. Massagem relaxante e anti-stress, com belas massagistas. Local com estacionamento, atendemos de segunda a sábado

(41) 3347-2151/

CARMEM MASSAGENS
sob nova direção da Carmem, forte equipe de massagistas, próximo Hbr da Kennedy, local c/ estacionamento, 10 as 21 hrs, 21, a grande, exata curtidas com cabanga da Lima. Com Promoção

(41) 3773-3290/ 9910-8171

CAROLINA
recem da Bahia, massagens com descontrações italiana, atendimento das 09 as 22horas de segunda a sábado, confira

(41) 9910-8178/3114-7052

CASA DA ANGELA
com várias massagistas, venha nos conhecer, atendemos com diversas opções de massagem na Rua Comandante Macedo 10, de segunda fira a sábado, confira

(41) 3213-8611/3214-7203

CASA DA NAIZA
no Cajuí da Imbiss, próximo ao Terminal, 27 Bairro, Batatais e Xaxi. Local serviços, estamos a parte, 09 as 19hrs, Lindas sextas feiras. (41) 3019-1773

3019-1188/3219-1186

CASA DA PAIXÃO
no Pequeno, varias massagistas qualificadas. Com massagem relaxante e erótica. Atendemos com privacidade, venha conhecer, inicio de segunda a sábado, das 8 às 20hrs

(41) 3014-8451/9972-6481

CASA DA PAULO
(Pedro) procurando massagistas de qualidade? Dispomos de várias massagistas prontas a atender vc. Atendimento de qualidade. Vilma Ferreira, 211, a 2ds, 10 as 18hr, aceita cartões

(41) 3568-1188/9772-6197

CASA DA SARA
CAPÃO DA IMBUIA, próximo ao Supermercado Nacional. Local com estacionamento, acesso do ônibus a porta, 09 as 18:30 horas. Trabalho aos fins

(41) 9249-3098/3484-3541

CASA DA TAMIS
do Pq. Tropicalia, agora com novo endereço para melhor atender vc! Rua Dona Cabeça 1420, Vila Verde, 08, local com garagem, de segunda a sábado 09 as 18hs

(41) 3223-5402/9836-7844

CASARÃO DA PRIMAVERA
massagens, promoção imperdível só pedir a nossa agenda, com Milena, Mariana e Amanda. Local c/ garagem, das 09 as 18horas. Whatsapp (41) 8844-6303

(41) 3354-2516/ 8811-6303

CASA NO PINHEIRINHO
massagens c/ Paula, Milena, Daniela, Ana, Amanda, Carla, Bruna, Kaluana, Barbara, Carol, Silvia e Mary, com excelente atendimento, 24 h, a partir de 09:30 as 20:00, Rua Rui Barbosa 1020, Água Verde, Sicrela curtida

(41) 3266-7197

CLÍNICA DA
LIASSOTERAPIA oferece o melhor do uma equipe de massagem em ambiente climatizado, com material descartável e local para uma Atenção de qualidade

(41) 9784-5845/

GAUSS - ASSESSORIA E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA, com sede a Rua nesta praça, na Rodovia da Uva, 1299, km 25 - sala 4A, Roça Grande, CEP 83402-000 inscrita no CNPJ sob nº CNPJ 07.254.665/0001-97 e Inscrição Municipal nº 13544 vem, por meio deste, comunicar o extravio dos blocos de notas fiscais com numeração (1001 à 2500) contendo cinco blocos, ficando os mesmos sem o devido valor.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
AVISO DE SUSPENSÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 31/2015
O Município de Pato Branco - PR, através do seu Prefeito, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados, no Processo de Licitação nº 1000/2015 Concorrência nº 31/2015, que tem por objeto a [illegible]

CMS CURITIBA
com promoções. Massagem relaxante, anti-stress e shiatsu. Próximo ao Shopping Curitiba, pedindo e segunda (abrindo 10 as 22hs, ambiente reservado, cartões de crédito/débito). cmscuritiba@gmail.com

(41) 9602-7561/3088-0015

OSMAR GEOVANA
em novo endereço, massagistas qualificadas. Massagem relaxantes e relaxamento corporal. Ambiente vip com garagem. Local central, 09 as 19 horas de segunda a sábado

(41) 9843-2350/ 8968-3910

DÉBORA BRASIL
Fernanda, Ana, Patrícia e Fernanda. Massagens para você. Local central e discreto. Atendemos em casa ou no hotel. Rua João Dedeca 1605. Portão. Atendemos de segunda feira a feira (41) 8795-5549

9585-8107/3315-5115

DIOGO GLUCAS
atendemos homens e mulheres com vistos dos locais de massagem em local central e discreto. todos os dias da semana. Whatsapp (41) 9829-4420

9804-7110/3328-0109

GUANDELLY
massagem relaxante, tensão muscular, stress, relaxamento corporal e estético (de corpo). Atendo em local central das 10 às 19 horas. agende seu horário

(41) 3019-8082

EVIDENCE MASSAGEM
com várias massagistas. Local central, com estacionamento. Atendemos das 10 às 22horas, de segunda feira a sábado. Local agradável na Água Verde, confira

(41) 9 9819

JACKSON
JACKSON atendimento para homens e mulheres. Local central, das 09 as 23 horas de segunda a segunda feira

(41) 9996-9690/

KAIN MASSAGENS
Kaine Massagens Bairro Alto. Massagem relaxante, anti stress. Profissionais atendem depósito de gerenciamento, sempre

(41) 3338-9220

JESSICA MASSAGENS
venha conhecer nossas massagistas, lugares locais de massagens e promoção da Franco aos quartos livres. Local bem discreto, aconchegante e com ótima segurança.

(41) 3681-8466/

MARLA MASSAGENS
no Portão, com massagens japonesa, Bruna e Gisele. Local agradável e acolhedor, Rua Coronel Dulcídio, 781, ao lado do 2ºBIS, ótimo cartão (41) 8811-0551 / 8818-5021

9510-8375/3219-3199

LAIS, CAIRA
e Ela, massagem relaxante, anti-stress, tranquilidade e alongamento corporal para você relaxar. Atendemos na Rua Independência 335 (após 501 - Shopping), 08 as 20hrs.

(41) 9998-9316/3221-8799

LÍVIA, RAQUEL
, Kamal, Thaís, Nicole, Bruna e Sofia, 09 as 22hrs, segunda a sábado, local central, Rua Dr. Faivre, 335 / Salvador / sala 507. Massagens com várias opções para você.

(41) 3016-1582/

MANU MASSAGENS
com local de acesso à pessoas vítimas deficientes. Com promoção, acolhemos todas as pessoas para Rua Comendador Macedo 1818, loja 10

(41) 3232-3274/3224-9805

MARILDA
Massagens em Cabrália, atendimento especial, várias massagistas, com a Silvia Lucena, anti-stress e classic local acolhedor para a sua comodidade, ao Cabrália, segunda feira a sábado

(41) 3019-8259

MASSAGEM DÉBORA
e sua equipe de massagistas qualificadas na Rebouças, Rua Francisco Torres 1474, 5º andar, Edifício Torres, 241, a 6ª feira, 10 as 21horas, confira

(41) 3303-8971

profissionais liberais

consultoria de empresas

APOSENTADORIA
Aposentadoria Benefícios previdenciários. Revisão e concessão. Rua Dr. Faivre, 365 Centro, Vila Pinto, 475 – Ed. Alta – 2º and. 3013-7757

(41) 3023-7757

serviços em geral

astrologia/astrologia

ALIANÇA DE AMORES
VOLTA JÁ PARA SEUS BRAÇOS! FAÇA CONSULTA FAÇO UM FEITIÇO PARA SEU AMOR VOLTAR PRA VOCÊ EM ALGUNS DIAS! VAROT É PRA VOCÊ CONSEGUIR TUDO O QUE ACONTECE COM SEU AMOR. PODEROSO MAGIA DE AMARRAÇÃO PARA TRAZER SEU AMOR PARA VOCÊ. MELHOR DO QUE ERA ANTES!

(41) 3287-1816/9858-4709

AMARRAÇÃO AMOROSA
Ipatinga Ouro, Bifasi, Alcaçus, Vitória da Palma e cercanias com as Especiais. Trabalhos para o amor e todos os tipos de problemas. Mãe Deodora, 227 Sala 710

3326-2191/ 9679-1603

ATRAIR DE VOLTA
AMOR DE VOLTA! BUSCO E APAIXONA! FAÇO FEITIÇO E TRABALHOS para você amarrar e especial! Trabalhos com resultados rápidos e garantidos!

(41) 9727-4314/9764-4779

diversões

PODEROSO PATINHO
Damado do amor para trazer seu amor de volta! Trabalho com todos os tipos de problemas! 100% e rápido
(41) 9958-0340 (TIM)

(41) 9978-9937/7452-8978

QUER TRAZER SEU
AMOR DE VOLTA PARA SEUS BRAÇOS? NÃO CONSEGUE PARA DE PENSAR NELE(A)? SOFRE DEMAIS PELAS ILUSÕES DO TINDER, EPA, LA VALENTINA? VOCÊ QUER TUDO O QUE ACONTECE COM SEU AMOR, PODER, A FELICIDADE DE VOLTAR PARA TRAZER SEU AMOR PARA VOCÊ. MELHOR DO QUE ERA ANTES!

41 3147-4314/9864-4709

detetives

detetives

DETETIVE PARTICULAR
DETETIVE PARTICULAR Dá-se divórcio, adultério e outros. (11) 3015-5784

(41) 9723-1990/8715-5172

serviços 24 horas

retífica de motores

RETÍFICA DE MOTORES Motores a base de força, nacionais e importados (Gol, Uno, Palio, Siena e Mobi, Celta, Prisma, Onix, Cobalt e Corsa). Rua Fernando Simas, 1 Bairro Água Verde

(41) 3222-1214/9981-6504

diversos

diversos

ALIANÇAS OURO
ALIANÇAS OURO Caminho da Serra. Ipatinga, Antigos Alcaçus Bonitos e Cerimônia. Atendemos grátis para pequenos grupos com

(41) 3222-7064/9981-6469

Anuncie suas atas e editais aqui, liga:
(41) 3321-5829
(41) 9733-2228
TRIBUNA
Só publicidade feita pelo profissional que você confia

COMUNICADO DE EXTRAVIO
ASSESSORIA IMOBILIÁRIA ALENTA GARIBALDI LTDA., empresa inscrita no CNPJ sob nº 02.708.845/0001-10, estabelecida a Rua Major Setino Pereira de Souza, 921, Centro, cep 83702-270, Araucária-PR, torna público o extravio de bloco de notas Fiscais de Prestação de Serviços – Série F, contendo as notas com numeração 1 a 250.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ABASTECIMENTO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2016 (SRP) - UFPR (UASG 153479)
OBJETO: Aquisição de ferramenta de pesquisa de preços públicos para a Universidade Federal do Paraná, conforme Edital e Termo de Referência (Diretoria de Registro de Preços). TIPO: Menor Preço. DATA DE ABERTURA: 07/06/2016, às 09h. LOCAL: site www.

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 48 Visto
Câmara Mun. de Pato Branco Fls 49 Visto
Município de Pato Branco Fls 2229 Visto

PUBLICADO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 049/2016
Procedimento Licitatório nº 111/2016

A Prefeitura Municipal de Nova Tebas - Pr, com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e conforme disposto no Decreto Municipal nº 004/2007 de 08 de Março de 2007, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicável à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FILTROS PARA IMPLEMENTAÇÃO E MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES EM AREAS RURAIS - MSD, NAS COMUNIDADES RURAIS DE VOLTA GRANDE E BARREIRINHO DE CIMA, CONFORME CONVÊNIO FUNASA N. º 0187/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE - FUNASA E O MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR, DEMAIS DESCRIÇÕES E ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NOS ANEXOS DO REFERIDO EDITAL.

DATA DE ABERTURA: 09 de junho de 2016 às 14:00 (quatorze horas)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item
VALOR TOTAL: R$ 2.828,34 (dois mil oitocentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos).
INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis no site www.novatebas.pr.gov.br/, também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Nova Tebas, sito a Avenida Belo Horizonte, 695 – Centro, em Nova Tebas – Paraná. Fone: (42) 3843-1109, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h00min às 12h00min e 13h15min às 17h00min.
Nova Tebas, 19 de maio de 2016.

HELOISA IVASZEK JENSEN
PREFEITA MUNICIPAL

44134/2016

Palmital

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016
Procedimento Licitatório nº 083/2016

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicável à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA MAXIMILIANO VICENTIN - ENTRE A RUA PRINCESA ISABEL E SETE DE SETEMBRO (PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ + RECAPE EM CBUQ + MEIO FIO (GUIA) + PASSEIOS EM PAVER + TRAVESSIA ELEVADA + SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO), CONFORME CONTRATO DE REPASSES Nº 1013.814-81/2015, DE ACORDO COM O PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E DEMAIS ANEXOS AO EDITAL.
DATA DE ABERTURA: 10 de Junho de 2016 às 09:00 horas
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Empreitada Global – Menor Preço Global
VALOR GLOBAL: R$ 363.991,66 (Trezentos e Sessenta e Três Mil, Novecentos e Noventa e Dois Reais, Sessenta e Seis Centavos).
INFORMAÇÕES: O Edital, Anexos e Parte Técnica estão disponíveis no site www.palmital.pr.gov.br; também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sita à Rua Mofeti Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário do expediente.
Palmital/PR, 19 de Maio de 2016.

DARCI JOSÉ ZOLANDEK
Prefeito Municipal

43592/2016

Paranapoema

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REPAROS DE BOMBAS DA FROTA.
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ 08:40 HORAS DE 07/06/2016 DATA ABERTURA: ÀS 09:00 HORAS, DO DIA 07/06/2016.
MAIS INFORMAÇÕES ATRAVÉS DO TELEFONE (44) 3342-1133.
PARANAPOEMA, 18 DE MAIO DE 2016
LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO - PREFEITA -

43691/2016

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL DE PREÇO Nº 015/2016 – COM REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MERENDA ESCOLAR.
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ 08:40 HORAS DE 06/06/2016 DATA ABERTURA: ÀS 09:00 HORAS, DO DIA 06/06/2016.
Mais informações através do telefone (44) 3342-1133.
PARANAPOEMA, 18 DE MAIO DE 2016
LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

Pato Branco

MUNICIPIO DE PATO BRANCO
AVISO DE SUSPENSÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 31/2015

O Município de Pato Branco - PR, através do seu Prefeito, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados, no Processo de Licitação na modalidade Concorrência nº 31/2015, que tem por objeto a outorga de Concessão para prestação e exploração do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Pato Branco - PR, que o procerto licitatório encontra-se suspenso, em razão da decisão proferida pela Juíza Relatora Cristiane Santos Leite, nos Autos nº 0003085-12.2016.8.16.0131. Pato Branco, 19 de maio de 2016. AUGUSTINHO ZUCCHI - PREFEITO.

44115/2016

Piraí do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 046/2016
PREGÃO Nº 044/2016

O MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 77.001.329/0001-00, com sede à Praça Alípio Domingues, nº 34, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, com participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, em sua sede, a qual será processada e julgada em conformidade com as seguintes Leis:
- Lei nº 10.520/02;
- Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- Lei Complementar nº 123/06 e alterações constantes na Lei Complementar nº 147/2014;
- Lei Complementar Municipal nº 003/2009 e alterações constantes na Lei Complementar Municipal nº 033/2015.
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos caminhões e veículos leves da frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura.
Valor Máximo Total: R$ 96.169,00 (noventa e seis mil cento e sessenta reais).
Data de Abertura: 3 de junho de 2016, às 09h00min.
Informações Complementares: O edital e demais informações poderão ser solicitados pelos interessados na Secretaria Municipal de Administração, na Praça Alípio Domingues, nº 34, em Piraí do Sul, Estado do Paraná, ou pelo e-mail editais@piraidosul.pr.gov.br

Piraí do Sul, 17 de maio de 2016.
VALENTIM ZANELLO MILLEO
Prefeito Municipal

43170/2016

Quatro Barras

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 39/2016
Pregão Eletrônico SRP/Menor Preço Global

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, no exercício das atribuições que lhe confere o(a) Decreto nº 4766/2016 sob a modalidade supra, com as seguintes características:
OBJETO: Registro de preços para eventual necessidade da contratação de serviço de instalação de calhas, com fornecimento de material, conforme especificações contidas no Anexo 01 e Termo de Referência (Anexo 01-A) do referido Edital.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h:30min do dia 23/05/2016 às 13h:55min do dia 07/06/2016.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 14h:00min às 14h:25min do dia 07/06/2016.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h:30min do dia 07/06/2016.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: www.bfcomoras.org.br "Acesso Identificado".
MODALIDADE / TIPO: Pregão Eletrônico SRP/Menor Preço Global.
Custo do Edital impresso: R$ 10,00 (dez reais). Cópia do Edital via e-mail (sem custo) e informações complementares poderão ser obtidos junto a Departamento de Licitações, situado à Avenida Dom Pedro II, 110 – Centro – Quatro Barras/PR, no horário das 8h30 às 12h e das 13h30 às 17h:30, ou pelo telefone (41) 3671-8800, ou através do site da Prefeitura. Edifício da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 18 de Maio de 2016.

CARLOS EDUARDO TEIXEIRA
Pregoeiro Municipal

44038/2016

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 49 Visto

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 30 Visto

Município de Pato Branco Fls 2230 Visto

A empresa ILO COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.637.151/0001-02, nos itens 019, 050, 155 e 188, com valor total de R$ 77.210,00 (setenta e sete mil duzentos e dez reais);

A empresa REALIZED DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.992/0001-98, nos itens 032, 093 e 143, com valor total de R$ 10.933,00 (dez mil novecentos e trinta e cinco reais);

A empresa ECO FARMAZ COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.477.594/0001-33, nos itens 002, 018, 053 e 194, com valor total de R$ 14.402,56 (quatorze mil quatrocentos e dois reais e cinquenta centavos);

A empresa DUMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.316.293/0001-11, nos itens 017, 137, 163 e 189, com valor total de R$ 3.218,20 (três mil duzentos e dezoito reais e vinte centavos);

A empresa DAMED DAMBIO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 93.168.329/0001-40, nos itens 013, 014, 017, 093, 101, 106, 110, 113, 122, 169 e 179, com valor total de R$ 18.379,20 (dezoito mil trezentos e setenta e nove reais e vinte centavos);

A empresa PRATI DONADUZZI E CIA LTDA, inscrita em CNPJ/MF sob o nº 75.856.593/0001-66, nos itens 023, 024, 035, 045, 048, 075, 093, 127, 138, 139, 140, 141, 144, 151, 156, 161, 178, 181, 185, 187 e 193, com valor total de R$ 38.484,50 (trinta e oito mil quatrocentos e oitenta reais e cinquenta centavos);

A empresa SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.941.371/0001-04, nos itens 003, 004, 038, 091 e 111, com valor total de R$ 24.203,00 (vinte e quatro mil duzentos e cinco reais).

Marcelino-PA, 18 de maio de 2016.
LUIZ FERNANDO BANDEIRA
Prefeito

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2016

Processo Administrativo Nº 118/2016
Vinculado ao Chamamento Público nº 001/2016

Pelo presente Termo, fica ratificado o Parecer nº 240/2016, elaborado pela Assessoria Jurídica do Município, nos termos em que opina pela contratação, mediante inexigibilidade de Licitação fundamentada no artigo 25 da Lei 8666/93, através dos agricultores:

•Adamar Godinho - CPF: 917.372.439-68 - Beterraba Cenoura, Couve Chinesa, Feijão, Mexerica - tipo rasteiro, Pão caseiro folhado, Pão de leite;

•Erico Cuesta - CPF: 641.214.429-04 - Beterraba Cenoura, Couve Chinesa, Mexerica - tipo rasteiro, Pão caseiro folhado, Pão de leite;

•Gleice Lockmann - CPF: 058.469.299-30 - Acelga, Alface Crespa, Alface Lisa, Almeirão/chicória e americana, Beterraba, Bocha Crespa, Brócolli, Chuchu Verde, Chuchu, Couve manga, Couve flor, Cenoura, Feijão Preto, Limão, Mandioca, Mexerica, Milho Verde, Pão Caseiro Folhado, Pão de Leite, Pepino, Repolho Verde e Tomate;

•Fabio Lockmann - CPF: 031.507.669-33 - Acelga, Alface Crespa, Alface Lisa, Almeirão/chicória e americana, Beterraba, Bocha Crespa, Brócolli, Chuchu Verde, Chuchu, Couve manga, Couve flor, Couve Chinesa, Feijão Preto, Limão, Mandioca, Mexerica, Milho verde, Pão Caseiro Folhado, Pão de Leite, Pepino, Repolho Verde e Tomate;

•Bill Kleb Stedl - 427.661.900-44 - Abobrinha verde, Acelga, Alface Crespa, Alface Lisa, Almeirão/chicória e americana, Beterraba, Brócolli, Cebola de cabeça, Cenoura, Chuchu Verde, Chuchu, Couve Chinesa, Couve manga, Couve flor, Laranja, Limão, Mandioca, Repolho Verde e Vagem;

•Nilsi Lockmann - CPF: 021.199.399-21 - Acelga, Alface Crespa, Alface Lisa, Almeirão/chicória e americana, Beterraba, Bocha Caseira, Brócolli, Chuchu Verde, Chuchu, Couve manga, Couve flor, Couve Chinesa, Feijão Preto, Limão, Mandioca, Mexerica, Milho Verde, Pão Caseiro Folhado, Pão de Leite, Pepino, Repolho Verde e Tomate;

•Miguel Kovarik - CPF: 285.417.379-87 - Abacate, Abóbora, Banana, Bergamota, Chuchu verde, Chuchu, Couve Pontuca, Laranja, Limão, Mandioca, Milho verde, Pitaya;

•Cooperativa Agroindustrial Tybor do Sul - CNPJ: 08.993.084/0001-52 - Polpa natural de frutas

Prazo: 06 (seis) meses.

Objeto: Credenciamento de Associação e pessoa física do Empreendedor Familiar Rural [illegible] Fornecimento de Gêneros Alimentícios para [illegible] Escolares e Creches [illegible] Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

PUBLICADO

Marcelino-PA, 13 de maio de 2016.
LUIZ FERNANDO BANDEIRA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

AVISO DE SUSPENSÃO
CONCORRÊNCIA Nº 31/2015

O Município de Pato Branco - PR, através do seu Prefeito, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados, no Processo de Licitação na modalidade Concorrência nº 31/2015, que tem por objeto a outorga de Concessão para prestação e exploração do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Pato Branco - PR, que o processo licitatório encontra-se suspenso, em razão da decisão proferida pela Juíza Relatora Cristiane Santos Leite, nos Autos nº 0001025-12.2016.8.16.0131.

Pato Branco-PR, 19 de maio de 2016.
AUGUSTINHO ZUCCHI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEABIRU

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2016

O Município de Peabiru, Estado do Paraná, torna público que em cumprimento aos ditames contidos na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 5.504/2005 e ao que couberem as disposições da Lei Federal 8.666/1993, e suas alterações em vigor, fará realizar, na sala sede da CPL00, do dia 13 de junho de 2016, a licitação nº 006/2016, modalidade Tomada de Preço.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO PARA EXECUÇÃO DE MURO DE ALVENARIA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PADRÃO IV - ESF.

O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Peabiru - PR, no Departamento de Compras Tel (44) 3131-2121, ou através do e-mail: compras@peabiru.pr.gov.br, no horário das 08h às 11h00min e das 13h00min às 16h30min.

Peabiru-PR, 13 de maio de 2016.
MARCOS FLÁVIO BASSI
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016

Processo Licitatório Nº 071/2016. Objeto: Aquisição de material permanente e consumo. Abertura: 01 de junho de 2016, às 09:00hrs. Critério de Julgamento: menor preço por item. Edital à disposição dos interessados gratuitamente no site: www.pontaldoparana.pr.gov.br Pedidos de esclarecimentos somente pelo e-mail: licitacao@pontaldoparana.pr.gov.br - Pontal do Paraná 11 de maio de 2016

Pontal do Paraná-PR, 11 de maio de 2016.
MIGUEL RUBENS PERIM NETO
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2016

Menor Preço

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, sob a *modalidade supra, com as seguintes características:*

OBJETO: Contratação de empresa para reforma da Casa da Cultura e Biblioteca Municipal, conforme especificações contidas no Anexo I, Projetos e Memorial Descritivo do presente Edital.

MODALIDADE / TIPO: Tomada de Preço/Menor Preço.

ENTREGA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: até 09 de junho de 2016 às 09h00min.

DATA DE ABERTURA: 09 de junho de 2016 às 09h00min.

Custo do Edital impresso: R$ 10,00 (dez reais). Download e aquisição do Edital via e-mail (item extra) através do site: www.quatrobarras.pr.gov.br ou licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Edifício da Prefeitura Municipal de Quatro Barras.

Quatro Barras-PR, 18 de maio de 2016.
CARLOS EDUARDO TEIXEIRA
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016

A PREFEITURA DE REALEZA, Estado do Paraná, torna pública e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na *seguinte modalidade e características:*

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO: 31/2016 - TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E DE EPIS (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE REALEZA/PR.

ABERTURA: Dia 03 de Junho de 2016, às 08:00min.

LOCAL: Sala da Prefeitura de Realeza.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Realeza, a partir do dia 20 de Maio de 2016, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de telefone/fax via e-mail: licitacao@realeza.pr.gov.br ou diretamente na sala do Município.

Realeza-PR, 19 de maio de 2016
DIANA BAMBERG
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS DO IVAÍ

AVISOS DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2016

OBJETO contratação de empresa para IMPLANTAÇÃO E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS URBANAS - SÃO CARLOS DO IVAÍ/PR, OBJETO VINCULADO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 823952/2015/ MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PROCESSO Nº 2611.103115-41/2015 - PROGRAMA - PLANEJAMENTO URBANO - MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS DO IVAÍ/PR

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09h15min, para abertura às 10:30 horas do dia 01/06/2016.

TIPO: Menor Preço

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de São Carlos do Ivaí, no Departamento de Compras e Licitações, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min, na Rua Benjamin Constant, nº 744, Centro, São Carlos do Ivaí - PR.

A Parte Técnica com o inteiro teor do edital e seus anexos poderá ser examinada no endereço mencionado acima, no horário das 08h00min às 11h30min, e será fornecida mediante o ressarcimento do recibo de pagamento de Guia de Recolhimento no valor de R$ 100,00 REAIS.

O Licitador não assume responsabilidade com a proposta e documentações envelopes nº 1 e 2, referente a DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, respectivamente, do proponente que não recebeu este edital, sem anexos diretamente do licitador. Neste caso, não serão aceitos protestos ou reclamações de empresas em relação a tais documentos. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado - Telefone (44) 3131-8400.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação, no endereço acima ou pelo telefone (44) 3131-8400.

TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2016

OBJETO contratação de empresa IMPLANTAÇÃO E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS URBANAS - SÃO CARLOS DO IVAÍ/PR, OBJETO VINCULADO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 827960/2015/ MINISTÉRIO DAS CIDADES/ CAIXA, PROCESSO Nº 2611.103115-41/2015 - PROGRAMA - PLANEJAMENTO URBANO - MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS DO IVAÍ/PR

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09h15min, para abertura às 10:30 horas do dia 01/06/2016.

TIPO: Menor Preço

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de São Carlos do Ivaí, no Departamento de Compras e Licitações, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min, na Rua Benjamin Constant, nº 744, Centro, São Carlos do Ivaí - PR.

A Parte Técnica com o inteiro teor do edital e seus anexos poderá ser examinada no endereço mencionado acima, no horário das 08h00min às 11h30min, e será fornecida mediante o ressarcimento do recibo de pagamento de Guia de Recolhimento no valor de R$ 100,00 REAIS.

O licitador não assume responsabilidade com a proposta e documentações envelopes nº 1 e 2, referente a DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, respectivamente, do proponente que não recebeu este edital, sem anexos diretamente do licitador. Neste caso, não serão aceitos protestos ou reclamações de empresas em relação a tais documentos. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado - Telefone (44) 3131-8400.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação, no endereço acima ou pelo telefone (44) 3131-8400.

São Carlos do Ivaí-PR, 13 de maio de 2016.
ADEMILSON JOSÉ LUCIO
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2016

O Município de São João do Ivaí, Estado do Paraná, com a devida autorização do Prefeito Municipal, Senhor Fábio Hidek Miura, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas modificações posteriores, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 01 de junho de 2016, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 01/2016, datada de 04 de janeiro de 2016 e publicada no Jornal Tribuna do Norte, da Cidade de Apucarana, Órgão Oficial do Município, em data de 05/01/2016, fará(ão) jus a modalidade TOMADA DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, propostas de preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLAR COBERTA COM VESTIÁRIO - PROINFO FNDE, IDENTIFICAÇÃO 1018348, NA RUA JORDINO FRANCISCO DOS SANTOS, S/N - DISTRITO DE UBAUNA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ - PARANÁ A documentação completa do edital está disponível na Prefeitura Municipal - Sala de Licitações, localizado no endereço acima mencionado, em horário comercial e no Site da Prefeitura - Órgão Oficial (www.saojoaodoivai.pr.gov.br).

São João do Ivaí-PR, 17 de maio de 2016.
FÁBIO HIDEK MIURA
Prefeito

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 30 Visto

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 31 Visto

Rua Caramuru, 271 • 85501-064 • Pato Branco • Paraná
Fone/Fax (46) 3220.1544 www.patobranco.pr.gov.br

Município de Pato Branco
Fls 2231 Visto

PREFEITURA DE
PATO BRANCO

6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES
02 de Junho de 2016

NOTÍCIAS LICITAÇÕES

Pato Branco, PR 15° min 19° max

01/01/1970

EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 31/2015

PUBLICADO

A presente licitação tem por objeto a outorga de Concessão para prestação e exploração do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Pato Branco – PR, na forma da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital e seus anexos, sob o planejamento, regulação e fiscalização do Município de Pato Branco – PR.

- AVISO SUSPENSÃO II
- RESULTADO - Exame e Julgamento Propostas Financeiras
- Ratificação Resultado Habilitação e Data Abertura Propostas
- Decisão Recurso Fase de Habilitação
- Prorrogação de Prazo para Análise dos Recursos Administrativos
- RESULTADO Exame e Julgamento da Documentação de Habilitação
- AVISO DE CONTINUIDADE PROCESSO
- AVISO SUSPENSÃO
- ERRATA 02
- AVISOCP31 ERRATA
- ANEXO III - DESCRIÇÃO LINHAS PROPOSTAS
- ANEXO VI - NORMAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA COMUNICAÇÃO VISUAL EXTERNA DOS VEÍCULOS DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PATO BRANCO
- ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO E PROJETO BÁSICO DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PATO BRANCO
- EDITAL - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 31 Concessão Transporte Coletivo

Mais da metade dos vereadores não tentará reeleição em Pato Branco

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 51
Visto



Augustinho Polazzo (Pros), Enio Ruaro (PR), Guilherme Silvério (Pros), Ito Oliveira (PV), Laurindo Cesa (PSDB), Raffael Cantu (PC do B) e Valmir Tasca (DEM) não disputarão reeleição

Guilherme Bittar
guilherme@diariodosudoeste.com.br

Dos 11 vereadores eleitos à Câmara de Pato Branco, sete não terão seus nomes nas urnas nas eleições deste ano. Augustinho Polazzo (Pros), Enio Ruaro (PR), Guilherme Silvério (Pros), Ito Oliveira (PV), Laurindo Cesa (PSDB), Raffael Cantu (PC do B) e Valmir Tasca (DEM) não entraram na disputa. Concorrem à reeleição (PSD) Leonira Viganó (PDT), Claudemir Zanco, o Biruba (PDT) e Gilson Feitosa (PT), além dos suplentes Rodrigo Chupim (PSC), Vilmar Maccari (PDT) e Clovis Gresele (PSC).

Para Guilherme Silverio, que ao lado de Cesa tem três mandatos consecutivos, sendo os mais longevos na Casa, o baixo índice de candidaturas entre os vereadores permitirá que a Câmara seja renovada. "É salutar para a democracia, oxigena o ambiente. Eu acredito que com os três mandatos que estive na câmara, sendo dois como presidente, contribuí e fiz minha parte, servindo a cidade. Continuarei participando da vida pública de outras formas".

Silvério destaca que, apesar do descontentamento geral do eleitor com a política, a Câmara de Pato Branco tem histórico de boa representatividade. "A Câmara foi sempre muito boa, representada por todos os segmentos. Os vereadores que ali passaram desenvolveram bom trabalho. Nunca tivemos uma vergonha".

Laurindo Cesa disse que a decisão de não entrar na disputa vinha sendo amadurecida há algum tempo, uma vez que ele está na vida pública há anos, com os desgastes naturais que a função implica. "É a oportunidade para abrir espaço para novas lideranças surgirem, novas ideias, novos projetos visando o desenvolvimento do município".

Augustinho Polazzo, Ito Oliveira e Raffael Cantu estão no primeiro mandato. Polazzo ficou fora da disputa por motivos de saúde – ele trata um câncer há três anos e meio. "Não tem como, pois não permite que faça o trabalho como é preciso". Ele defende a renovação na Casa de Leis e disse que é favorável a apenas uma reeleição ao cargo.

Com três mandatos na Casa de Leis, Enio Ruaro também aponta problemas de saúde para justificar a opção. "Gosto de política e não é fácil ficar fora. Mas já dei minha contribuição. Esse é o momento de a gente se cuidar". Na opinião dele, a renovação da Casa é importante, mas pondera que é preciso aliá-la à experiência. "É interessante ter pessoas novas, mas é importante o conhecimento".

Ito Oliveira atribui a ausência dele no pleito ao projeto de fortalecimento do partido, que visa à formação de novas lideranças, e também aos encaminhamentos para as eleições de 2018 e 2020, quando a legenda deve lançar candidato da região a deputado estadual e deputado federal. "É um cargo, é passageiro. Tem de se empenhar no momento que está lá. Temos que dar abertura para novas lideranças".

Raffael Cantu usou uma rede social para justificar a decisão dele. "A nossa luta sempre foi pela renovação, por uma política orgânica que se modifique com novas ideias e novas lideranças. O meu projeto era para quatro anos e vejo que a reeleição não cabe mais em nossa democracia já falida. Alguns se espantam ao saberem que não serei candidato, mas isso apenas reflete o quão condicionados ainda estamos por uma política obsoleta em que a ocupação do cargo deve ser eterna".

Valmir Tasca exerceu o mandato durante um ano e meio, depois se licenciou para ocupar a chefia do escritório regional do IAP (Instituto Ambiental do Paraná). Para ser candidato teria de deixar o posto em abril. Segundo ele, o grupo político do qual faz parte pediu para que permanecesse no órgão. "Além disso, eu estava no quarto mandato. É importante dar espaço para novas lideranças, com novas cabeças pensantes".

Vereadores rejeitam veto do Executivo a projeto de lei

Os vereadores de Pato Branco rejeitaram na sessão de quarta-feira (24) o veto integral do Executivo ao Projeto de lei 75/2015, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano, de autoria dos vereadores Claudemir Zanco, Biruba (PDT), Guilherme Silverio (PROS), Enio Ruaro (PR) e Vilmar Maccari (PDT). O

Veto foi rejeitado por 10 votos. Ausência do vereador Augustinho Polazzo (PROS), que realiza exames em casa hospitalar em Cascavel. O projeto prevê bancos para usuários, com espaços reservado para idosos, gestantes ou portadores de deficiência física, bem como cobertura, vedação nas laterais e na arte de trás e calçamento no seu entorno.

Razões do veto

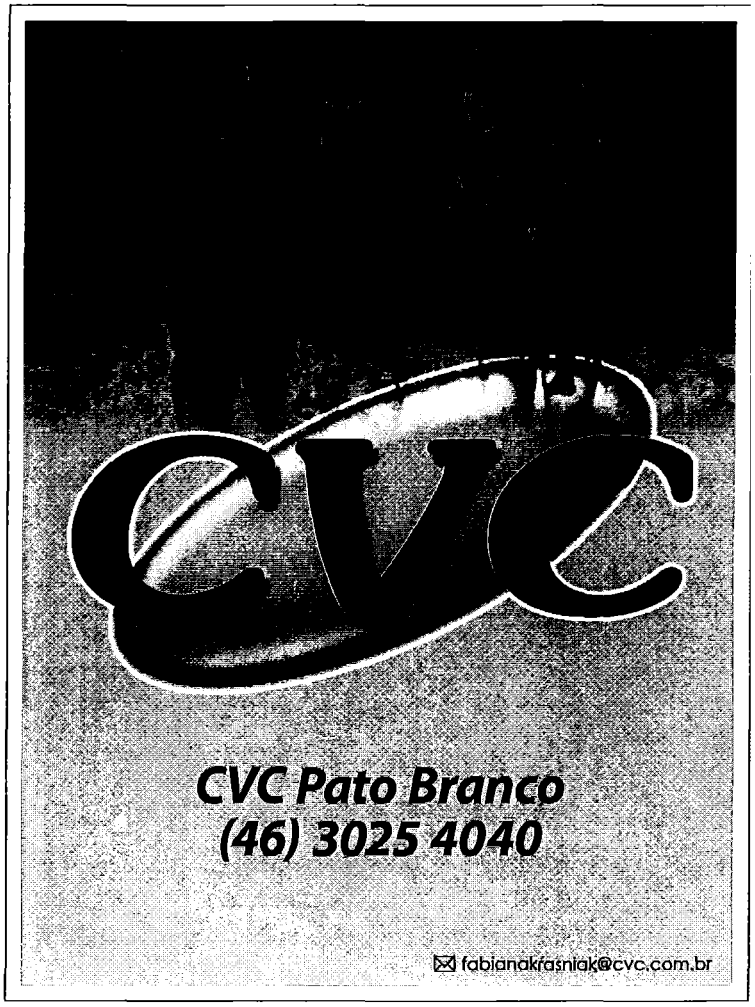
O Executivo vetou o projeto argumentando que está em andamento a licitação na modalidade de concorrência, que tem por objetivo a outorga de concessão para a prestação e exploração do serviço público de transporte coletivo. O processo está suspenso, por decisão judicial. Segundo o documento, a outorga pelo concorrente vencedor será realizada no momento da assinatura do contrato e será destinado ao melhoramento dos pontos, inclusive construção de terminais.

Rito

Agora, o projeto será enviado ao Executivo. Segundo a Lei Orgânica, o prefeito terá 48 horas, para efetuar a promulgação. Se o Executivo não promulgar a Lei em 48 horas, nos casos de sanção tácita ou rejeição, o Presidente da Câmara fará o processo de promulgação e, se este não o fizer, caberá ao vice-presidente, em igual prazo, fazê-lo.

Memória

Em dezembro de 2014, projeto de igual teor, de autoria do vereador Gilson Feitosa (PT), foi vetado pelo Executivo. Na época, o veto prosperou, pois oito vereadores votaram pela manutenção. A iniciativa visava assegurar aos usuários do transporte coletivo urbano bancos, cobertura nos pontos de embarque e desembarque, calçamento e vedação nas laterais de todos os pontos de ônibus existentes. (Assessoria)



Câmara Mun de Pato Branco
Fls 52

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Rejeita o veto integral ao Projeto de Lei nº 26/2015.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° Fica rejeitado o veto integral ao Projeto de Lei n° 26/2015, de autoria dos Vereadores Claudemir Zanco – PDT, Enio Ruaro – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PROS, Vilmar Maccari – PDT, que altera a acrescenta dispositivos à Lei n° 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.

Art. 2° Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aos 25 de agosto de 2016.

Leunira Viganó Tesser
Presidente em Exercício

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 53
Visto

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6/2016

OFÍCIO DO EXECUTIVO COMUNICANDO VETO: 198/2016/GP, de 12 de julho de 2016.

RECEBIDO EM: 14 de julho de 2016.

LIDO EM PLENÁRIO: 1º de agosto de 2016.

PARECER JURÍDICO EMITIDO EM: 10 de agosto de 2016

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO EM: 10 de agosto de 2016
Relator: Raffael Cantu – PC do B

SÚMULA: Rejeita o veto integral ao Projeto e Lei n° 26/2015.
(Altera a acrescenta dispositivos à Lei n° 3271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco. Bancos para os usuários com espaço reservado para idosos, gestantes e/ou portadores de deficiência física. Cobertura, vedação nas laterais e atrás, calçamento em toda área. Veiculação de publicidade nos pontos). Autores: Vereadores Claudemir Zanco – PDT, Enio Ruaro – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PROS, Vilmar Maccari – PDT.

Autores: Comissão de Justiça e Redação composta pelos vereadores: Augustinho Polazzo – PROS, José Gilson Feitosa da Silva - PT – Presidente, Laurindo Cesa – PSDB, Raffael Cantu – PC do B (Relator), Vilmar Maccari – PDT.

VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO UNICA: 24 de agosto de 2016 – Aprovado com 10 (dez) votos e 1 (uma) ausência.
Votaram a favor, os vereadores: Claudemir Zanco – PDT, Clóvis Gresele – PSC, Enio Ruaro – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PROS, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Laurindo Cesa – PSDB, Leunira Viganó Tesser – PDT, Raffael Cantu – PCdoB, Rodrigo José Correia – PSC e Vilmar Maccari – PDT.
O vereador e presidente desta Casa, Geraldo Edel de Oliveira – PV solicitou licença da atividade parlamentar para tratar de assuntos de interesse particular, durante o período compreendido entre os dias 9 de agosto de 2016 a 7 de setembro de 2016.
Ausente, o Vereador Augustinho Polazzo – PROS.

Conforme consta na Ata nº 62/2016, o veto integral ao Projeto de Lei nº 26/2015, foi rejeitado, sendo promulgada pela Presidente em Exercício da Câmara Municipal, Leunira Viganó Tesser, a Lei nº 4864, de 29 de agosto de 2016.

Decreto Legislativo nº 6, de 25 de agosto de 2016.

PUBLICADO na página B1 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 6707, de 26 de agosto de 2016.

INFORMADO O EXECUTIVO EM: Ofício nº 376, de 25 de agosto de 2016.

Lei nº 4864, de 29 de agosto de 2016 – Promulgada pela Presidente em Exercício da Câmara Municipal, Leunira Viganó Tesser.

DIÁRIO DO SUDOESTE

PATO BRANCO | SEXTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 2016 | ANO XXXI | NÚMERO 6707 | EDIÇÃO REGIONAL | PÁGINA B1

Câmara Mun... Fls 54

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 65 DE 26 DE AGOSTO DE 2016

Rejeita o veto integral ao Projeto de Lei nº 26/2015.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica rejeitado o veto integral ao Projeto de Lei nº 26/2015, de autoria dos Vereadores Claudemir Zanco – PDT, Enio Ruaro – PP, Guilherme Sebastião Silveira – PROS, Vilmar Meccari – PDT, que altera a agrupamento de pontos de táxi na Lei nº 2271 de 10 de novembro de 2008, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Presidência da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 25 de agosto de 2016.

Leunira Vigano Lissarassa
Presidente em Exercício

Fls 55

Ofício nº 376/2016

Pato Branco, 25 de agosto de 2016.

Senhor Prefeito:

Enviamos cópia do **Decreto Legislativo nº 6, de 25 de agosto de 2016,** que **rejeita** o veto integral ao Projeto de Lei nº 26/2015, de autoria dos Vereadores Claudemir Zanco – PDT, Enio Ruaro – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PROS, Vilmar Maccari – PDT, que altera a acrescenta dispositivos à Lei nº 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.

Respeitosamente.

Leunira Viganó Tesser
Presidente em Exercício

Excelentíssimo Senhor
Augustinho Zucchi
Prefeito Municipal
Pato Branco – Paraná

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 56
Visto

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6/2016

OFÍCIO DO EXECUTIVO COMUNICANDO VETO: 197/2016/GP, de 12 de julho de 2016.

RECEBIDO EM: 14 de julho de 2016.

LIDO EM PLENÁRIO: 1º de agosto de 2016.

PARECER JURÍDICO EMITIDO EM: 10 de agosto de 2016

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO EM: 10 de agosto de 2016
Relator: Raffael Cantu – PC do B

SÚMULA: Rejeita o veto integral ao Projeto e Lei n° 26/2015.
(Altera a acrescenta dispositivos à Lei n° 3271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco. Bancos para os usuários com espaço reservado para idosos, gestantes e/ou portadores de deficiência física. Cobertura, vedação nas laterais e atrás, calçamento em toda área. Veiculação de publicidade nos pontos). Autores: Vereadores Claudemir Zanco – PDT, Enio Ruaro – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PROS, Vilmar Maccari – PDT.

Autores: Comissão de Justiça e Redação composta pelos vereadores: Augustinho Polazzo – PROS, José Gilson Feitosa da Silva - PT – Presidente, Laurindo Cesa – PSDB, Raffael Cantu – PC do B (Relator), Vilmar Maccari – PDT.

VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO UNICA: 24 de agosto de 2016 – Aprovado com 10 (dez) votos e 1 (uma) ausência.
Votaram a favor, os vereadores: Claudemir Zanco – PDT, Clóvis Gresele – PSC, Enio Ruaro – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PROS, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Laurindo Cesa – PSDB, Leunira Viganó Tesser – PDT, Raffael Cantu – PCdoB, Rodrigo José Correia – PSC e Vilmar Maccari – PDT.
O vereador e presidente desta Casa, Geraldo Edel de Oliveira – PV solicitou licença da atividade parlamentar para tratar de assuntos de interesse particular, durante o período compreendido entre os dias 9 de agosto de 2016 a 7 de setembro de 2016.
Ausente, o Vereador Augustinho Polazzo – PROS.

Conforme consta na Ata nº 62/2016, o veto integral ao Projeto de Lei nº 26/2015, foi rejeitado, sendo promulgada pela Presidente em Exercício da Câmara Municipal, Leunira Viganó Tesser, a Lei nº 4864, de 29 de agosto de 2016.

Decreto Legislativo nº 6, de 25 de agosto de 2016.

PUBLICADO na página B1 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 6707, de 26 de agosto de 2016.

INFORMADO O EXECUTIVO EM: Ofício nº 376, de 25 de agosto de 2016.

Lei nº 4864, de 29 de agosto de 2016 – Promulgada pela Presidente em Exercício da Câmara Municipal, Leunira Viganó Tesser.

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 57
Visto

LEI Nº 4.864, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

Altera e acrescenta dispositivos à Lei n° 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.

A Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5° do artigo 36, da Lei Orgânica Municipal, com a nova redação dada pela Emenda à Lei Orgânica Municipal n° 3, de 9 de novembro de 1994, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.271, de 19 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

.....

IV - Bancos para usuários, com espaços reservados para idosos, gestantes e/ou portadores de deficiência física.
V – Cobertura.
VI – Vedação nas laterais e na parte de trás.
VII – Calçamento em toda a área.

Parágrafo único. Os pontos do transporte coletivo deverão ser projetados de acordo com as Normas ABNT NBR 9050 e ABNT NBR 14022."

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da execução desta Lei, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a conceder os espaços disponíveis nos pontos para a veiculação de publicidade nas vedações da parte de trás e em ambos os lados das lixeiras, através de concorrência pública, nos termos da legislação vigente.

Paragrafo único. As despesas suplementares serão suportadas pelas dotações constantes na Lei Orçamentária do Município de Pato Branco.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria dos Vereadores Claudemir Zanco – PDT, Enio Ruaro – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PROS, Vilmar Maccari – PDT.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 29 de agosto de 2016.

Leumira Viganó Tesser
Presidente em Exercício

DIÁRIO DO SUDOESTE
PATO BRANCO | QUARTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2016 | ANO XXXI | NÚMERO 6710 | EDIÇÃO REGIONAL | PÁGINA B1

Câmara Mun de Pato Branco Fls 58

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 4.864, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.

A Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5º do artigo 36, da Lei Orgânica Municipal, com a nova redação dada pela Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 3, de 9 de novembro de 1994, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.271, de 19 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

.....

IV - Bancos para usuários, com espaços reservados para idosos, gestantes e/ou portadores de deficiência física.
V – Cobertura.
VI – Vedação nas laterais e na parte de trás.
VII – Calçamento em toda a área.

Parágrafo único. Os pontos do transporte coletivo deverão ser projetados de acordo com as Normas ABNT NBR 9050 e ABNT NBR 14022."

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da execução desta Lei, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a conceder os espaços disponíveis nos pontos para a veiculação de publicidade nas vedações da parte de trás e em ambos os lados das lixeiras, através de concorrência pública, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. As despesas suplementares serão suportadas pelas dotações constantes na Lei Orçamentária do Município de Pato Branco.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria dos Vereadores Claudemir Zanco – PDT, Enio Ruaro – PR, Guilherme Sebastião Silveria – PROS, Vilmar Maccari – PDT.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 29 de agosto de 2016.

Leunira Viganó Tesser
Presidente em Exercício

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 59
Visto

PROJETO DE LEI Nº 26/2015

RECEBIDO EM: 23 de fevereiro de 2015

SÚMULA: Altera e acrescenta dispositivos à Lei n° 3271, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo urbano da cidade de Pato Branco.
(Bancos para os usuários com espaço reservado para idosos, gestantes e/ou portadores de deficiência física. Cobertura, vedação nas laterais e atrás, calçamento em toda área. Veiculação de publicidade nos pontos).

AUTORES: Vereadores Claudemir Zanco – PDT, Enio Ruaro – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PROS, Vilmar Maccari – PDT.

LEITURA EM PLENÁRIO: 23 de fevereiro de 2015

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO EM: 23 de março de 2015
RELATORA: Leunira Viganó Tesser – PDT
REDISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO EM: 11 de fevereiro de 2016
RELATOR: Raffael Cantu – PC do B

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM: 19 de fevereiro de 2016
RELATOR: Guilherme Sebastião Silverio – PROS

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 1º de março de 2016
RELATORA: Leunira Viganó Tesser – PDT

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 20 de junho de 2016 – Aprovado com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência. **Aprovado com emendas.**
Votaram a favor: Claudemir Zanco – PDT, Clóvis Gresele – PSC, Enio Ruaro – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PROS, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Laurindo Cesa – PSDB, Leunira Viganó Tesser – PDT, Raffael Cantu – PC do B e Vilmar Maccari – PDT.
Ausente, o vereador Augustinho Polazzo – PROS.

SEGUNDA VOTAÇÃO: 22 de junho de 2016 – Aprovado com 9 (nove) votos.
Votaram a favor: Claudemir Zanco – PDT, Clóvis Gresele – PSC, Enio Ruaro – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PROS, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Laurindo Cesa – PSDB, Leunira Viganó Tesser – PDT, Raffael Cantu – PC do B e Vilmar Maccari – PDT.
O vereador Augustinho Polazzo – PROS entrou em licença na sessão ordinária realizada no dia 20 de junho de 2016.

REDAÇÃO FINAL: Ofício nº 291, de 23 de junho de 2016.
VETO: Através do ofício n° 197/2016/GP, de 12 de junho de 2016, lido na sessão ordinária do dia 1° de agosto de 2016, o Executivo Municipal vetou integralmente o Projeto de Lei n° 26/2015.

Decreto Legislativo nº 6, de 25 de agosto de 2016 **REJEITOU** o veto integral ao Projeto e Lei n° 26/2015.

INFORMADO O EXECUTIVO ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº 376, DE 25 DE AGOSTO DE 2016.

PROMULGAÇÃO: Lei nº 4864, de 29 de agosto de 2016 – Promulgada pela Presidente em Exercício da Câmara Municipal, Leunira Viganó Tesser.

PUBLICAÇÃO: Publicada na página B17 do Jornal Diário do Sudoeste edição nº 6384 de 21 de maio de 2015 e no sítio **http://amsop.dioems.com.br/** edição nº 856 de 21 de maio de 2015.